

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Leonardo Lacerda dos Santos

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

**Estudo de caso aplicado a Prodemge**

Belo Horizonte

2020

Leonardo Lacerda dos Santos

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**  
**Estudo de caso aplicado a Prodemge**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – CEAPPGG da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental.

Orientadora: Prof.: Dra. Carolina Portugal

Belo Horizonte

2020

S237r

Santos, Leonardo Lacerda dos.

Responsabilidade social empresarial [manuscrito] : estudo de caso aplicado a Prodemge / Leonardo Lacerda dos Santos. – 2020. [15], 101 f. : il.

Monografia de conclusão de Curso (Especialização em Administração Pública Planejamento e Gestão Governamental) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020.

Orientadora: Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Bibliografia: f. 94-98

1. Desenvolvimento sustentável – Minas Gerais. 2. Responsabilidade social – Minas Gerais. 3. Agenda ambiental na administração pública (A3P) – Minas Gerais. I. Motta, Carolina Portugal Gonçalves da. II. Título.

CDU 504.033(815.1)

**Autor: Leonardo Lacerda dos Santos**

**Responsabilidade Social Empresarial – Estudo e caso aplicado a Prodemge:**

**Trabalho de conclusão de curso, Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – CEAPPGG, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro:**

**Aprovado(a) na Banca Examinadora**

---

Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – CEAPPGG da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro

---

Especialização em Administração Pública, Planejamento e Gestão Governamental – CEAPPGG da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte

2020

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe Ellen Antônia, por me apoiar nessa caminhada científica e compreender meus tempos de absenteísmo.

Agradeço a minha esposa Samantha Teles por ter me ajudado e apoiado de maneira incomparável.

Aos professores(as) do CEAPPGG e em especial: professora orientadora Doutora Carolina Portugal pela oportunidade de pesquisa e por confiar na capacidade de seus alunos.

Agradeço aos colegas e alunos do Curso de Administração Pública Planejamento e Gestão Governamental – Prodemge, turma 2018/2020.

A toda a Equipe da Gerência de Sistemas Fazendários e a todos que participaram e colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.

Deixo aqui meu muito obrigado e sem a participação de vocês nada disto seria possível.

## RESUMO

A evolução mercadológica juntamente com a mudança cultural da sociedade obrigou as organizações públicas e privadas a se adequarem as novas tendências, para que possam manter a competitividade e a qualidade dos serviços prestados. O desenvolvimento econômico de uma organização, sem viés ideológico, deixa de ser o único item almejado e passa a compor um conjunto de itens, que tem como base o "*Triple Bottom Line*", ou seja, o tripé da sustentabilidade, que considera as questões ambientais integradas com as melhores práticas empresariais dentro dos conceitos econômicos, ambientais e sociais. Desta forma, esse trabalho tem por objetivo aprofundar nos conceitos de responsabilidade social empresarial e apresentar a tendência de gestão que busca alinhar a governança corporativa com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial, fomentando o equilíbrio entre os pilares sociais, ambientais e econômicos. Com base nisto a responsabilidade social empresarial pode ser abordada e adotada como uma questão estratégica para a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge, podendo gerar vantagens competitivas e diferenciar seus produtos e serviços em relação às demais companhias. Entretanto, para que se chegue neste patamar, faz-se necessário verificar como é questão da responsabilidade socioambiental na Prodemge. A referência utilizada para a concretização dessa análise foi a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P que é um programa do Ministério do Meio Ambiente que estimula entidades públicas a implantar ações sustentáveis. Diante disso, foi elaborado e disponibilizado, a toda Companhia, um questionário *on-line* com realização de entrevistas pontuais, durante todo o mês de abril de 2020, com o intuito de coletar dados sobre a aplicação dos parâmetros da A3P na Prodemge. Dentre as análises realizadas conclui-se que a Prodemge está parcialmente alinhada com o desenvolvimento sustentável, porém carece de um direcionamento formal. Tal fato comprova que a prática de ações sustentáveis é um desafio para qualquer organização que busca se enquadrar aos novos conceitos, onde deverão incluir questões relacionadas à ética aplicada ao meio ambiente nas atividades diárias, a fim de melhorar a relação da Companhia com a sociedade. E, para alcançar esse objetivo, a empresa deverá formatar uma política e atuar nas

dimensões sociais, econômicas, ecológicas, territoriais, culturais, tecnológicas, políticas entre outras, gerando um arcabouço de processos sustentáveis e não atuar somente em ações pontuais.

**Palavras-Chave:** Responsabilidade Social Empresarial; Agenda Ambiental na Administração Pública; Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade;

## ABSTRACT

A market evolution combined with a cultural change in mandatory society such as public and private lists and adapting to new trends, so that it can maintain the promotion and quality of services provided. The economic development of an organization, without ideological bias, ceases to be the only desired item and becomes part of a set of items, which is based on the "Triple Bottom Line", that is, the tripod of sustainability, which considers the issues integrated with best business practices within basic, environmental and social concepts. Thus, this work aims to deepen the concepts of corporate social responsibility and present a management trend that seeks to align corporate governance with sustainable development and corporate social responsibility, promoting a balance between the social, environmental and economic pillars. Based on this, social corporate responsibility can be approached and adopted as a strategic issue for the Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge, which can generate competitive advantages and differentiate its products and services in relation to other companies. However, in order to reach this level, it is necessary to verify how it is a question of socio-environmental responsibility in Prodemge. The reference used to carry out this analysis of an Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, which is a program of the Ministério do Meio Ambiente that encourages public entities to implement sustainable actions. In view of this, an online questionnaire was prepared and made available to the entire Company, and it was punctual, throughout April 2020, in order to collect data on the application of A3P parameters in Prodemge. Among the analyzes carried out, it concludes whether a product is partially aligned with sustainable development, but it lacks a formal direction. This fact proves that the practice of sustainable actions is a challenge for any organization that seeks to comply with the new concepts, where it must include issues related to ethics applied to the environment in daily activities, in order to improve the Company's relationship with the society. And, to achieve this objective, the company must form a policy and act in the social, promote, ecological, territorial, cultural, technological, political dimensions, among others, generating a framework of sustainable processes and not only acting in specific actions.

**Keywords:** Corporate Social Responsibility; Environmental Agenda in Public Administration; Sustainable development; Sustainability;

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Pilares do Desenvolvimento Sustentável .....	24
Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável .....	25
Figura 3 - Evolução de conceitos de RSE e sustentabilidade .....	28
Figura 4 - Vetores da Responsabilidade Social de uma Empresa.....	33
Figura 5 – Gestão ambiental – Dimensões .....	35
Figura 6 - Gestão ambiental empresarial - Influências .....	36
Figura 7 - Visão Holística dos Temas Centrais da Responsabilidade Social .....	43
Figura 8 - Temas dos Indicadores Ethos.....	48
Figura 9 - Dimensões dos Indicadores Ethos.....	49
Figura 10 - Estrutura Organizacional - Prodemge.....	61
Figura 11 - Organograma Prodemge – População e Pré-amostra .....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos marcos, perspectiva histórica e cronológica .....	22
Quadro 2 - Tipo de Responsabilidade Social .....	29
Quadro 3- Gestão ambiental na empresa - Abordagens .....	37
Quadro 4 - Comparativo entre ações comunitárias e projetos sociais .....	39
Quadro 5- Área de atuação do préteste .....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública  
ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas  
CCI: Câmara de Comércio Internacional  
Cepro: Centro de Processamento de Dados  
CMMAD: Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento  
DAF: Diretoria Administrativa Financeira  
DCRS: Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental  
DPCS: Departamento de Produção e Consumo Sustentável  
DPRO: Departamento de Documentação  
Etra: Escritório Técnico de Racionalização Administrativa  
FBCN: Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza  
FIESP : Federação das Indústrias do Estado de São Paulo  
GGA : Gerência de Gestão de Ativos  
Ibama: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
IBDF: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
ISO: Organização Internacional de Normas  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
MPGO: Ministério Público do Estado de Goiás  
ONU: Organização das Nações Unidas  
PPA: Plano Plurianual  
Procel: Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica  
Prodemge: Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais  
RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos  
RSE: Responsabilidade Social Empresarial  
SAIC: Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental  
SEEC: Secretaria de Ecoturismo  
SEF: Secretaria da Fazenda  
Sema: Secretaria Especial de Meio Ambiente  
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais  
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proporção de respondentes segundo local do trabalho principal por gênero .....	73
Tabela 2 - Proporção de respondentes segundo grau de escolaridade por faixa etária .....	74
Tabela 3 - Apuração das respostas válidas segundo o tempo de serviço e cargo .....	74

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Apuração das respostas válidas quanto ao hábito de desligar o equipamento de trabalho .....	75
Gráfico 2 - Apuração das respostas válidas quanto ao hábito de impressão .....	77
Gráfico 3 - Apuração das respostas válidas quanto as práticas de desfazimento de equipamentos.....	78
Gráfico 4 - Apuração das respostas válidas quanto as práticas de adoção a política dos 5r's (Reutilizar; Reciclar; Reduzir; Recusar; Repensar) .....	80
Gráfico 5 - Apuração das respostas válidas quanto às ações sociais e ecológicas.....	81
Gráfico 6 - Apuração das respostas válidas quanto ao levantamento sobre o conhecimento do termo desenvolvimento sustentável.....	82
Gráfico 7 - Apuração das respostas válidas quanto a compras públicas sustentáveis	84
Gráfico 8 - Proporção de respondentes segundo percepção da disposição dos moveis e a entrada de luz ambiente .....	86
Gráfico 9 - Proporção de respondentes quanto a ação de notificar o departamento responsável ao observar vazamento de água .....	87
Gráfico 10 - Proporção de respondentes segundo percepção quanto ao tempo de manutenção predial .....	88
Gráfico 11 - Proporção de respondentes segundo ao conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P .....	88

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	21
2.1	Desenvolvimento sustentável.....	21
2.2	Responsabilidade social empresarial.....	27
2.3	Tipos de responsabilidade social empresarial.....	29
2.4	Papel das instituições na sociedade.....	30
2.5	Estratégias e caminhos para promoção da responsabilidade social empresarial - RSE.....	32
2.5.1	Gestão ambiental nas instituições.....	34
2.5.2	Gestão social em instituições.....	38
3	NORMAS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL.....	40
3.1	ANBT NBR ISO 26.000 – Diretrizes sobre responsabilidade social.....	40
3.2	Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.....	44
3.1	Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.....	47
3.2	Desafios da responsabilidade social empresarial.....	50
4	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE.....	55
4.1	Missão, Visão e Valores.....	62
4.1.1	Missão.....	62
4.1.2	Visão.....	62
4.1.3	Valores.....	62
4.2	Princípios:.....	62
5	METODOLOGIA.....	64
5.1	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	65
5.2	Construção do questionário semi estruturado.....	66
5.3	População e amostra.....	68
5.4	Processo de coleta de dados.....	70
5.5	Escala de julgamento de valor.....	71
6	ANALISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	73
7	CONCLUSÃO.....	90
8	REFERENCIAS.....	94

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1934 ocorreu na Capital da República, Rio de Janeiro, a “Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza” com o intuito de debater sobre a preservação do patrimônio natural. Tal conferência foi provocada por cientistas, jornalistas e políticos, conhecidos como Amigos das Árvores que preocupavam com a desenfreada extração florestal que o Brasil vinha passando, na primeira década do século XX, devido à colonização do norte do Paraná. O fator que impulsionou a necessidade da conferência surgiu no século XIX, devido à redução do curso d’água que abastecia a cidade do Rio de Janeiro provocado pelo desmatamento das encostas (FRANCO, 2002).

Alberto Torres, político e pensador nacionalista, defendia a preservação dos órgãos vitais da nacionalidade, entre eles, seus recursos naturais, como forma de manter a independência da nação. Mais tarde, devido à influência conservacionista e nacionalista surgiu, em 1958, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN, que atuou a princípio, como um espaço de discussão de ideias referente à conservação da natureza (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Além da FBCN outras instituições surgiram, tal como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, em 1967; Secretaria Especial de Meio Ambiente – Sema, em 1980; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama, em 1980; Há registros de diversas outras instituições ligadas diretamente ao governo estadual e do federal (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

A história do Brasil evidencia uma tradição no qual o termo sustentabilidade é voltado para a preservação dos recursos naturais e não ao desenvolvimento a qualquer custo (FRANCO; DRUMMOND, 2009). O conceito de sustentabilidade surgiu a princípio com objetivo de preservar os recursos naturais. À medida que novas instituições surgiram, a sustentabilidade deixou de preocupar somente com o consumo dos recursos naturais e passou a analisar os impactos causados ao meio ambiente.

A partir disso, sustentabilidade alcançou seu auge, quando relacionada com a responsabilidade social, envolvendo os valores éticos e morais, relacionando-os com a preservação dos recursos naturais, do meio

ambiente e dos valores sociais, o que gerou um desafio para as organizações (DIAS, 2008).

Diante disso, faz-se necessário inovar as competências em gestão, adequando-as nos conceitos de desenvolvimento sustentável, a fim de adquirir eficiência e eficácia econômica, igualdade social, conservação do meio ambiente, qualidade de vida. Esta forma de gestão traz um desafio para os administradores, que devem buscar economizar os recursos, maximizar os produtos e serviços, definir estratégias organizacionais que criem valor em longo prazo, e inserir na cultura da instituição aspectos éticos, sociais e ambientais (CLARO, 2014, *apud* LIMA; FEITOSA; CAVALCANTE, 2016, p.3).

O desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial podem ser abordados e adotados como uma questão estratégica para a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - Prodemge, podendo gerar vantagens competitivas e diferenciar seus produtos e serviços em relação às demais companhias que não adotam o desenvolvimento sustentável.

A Prodemge pode incorporar o desenvolvimento sustentável de inúmeras formas, entretanto esse trabalho visa abordar o tema sustentabilidade como Responsabilidade Social Empresarial - RSE e averiguar se a Prodemge adota uma postura sustentável. Para tanto, foi analisado o comportamento da Prodemge nas questões sobre responsabilidade socioambiental, tendo como referência os principais conceitos difundidos pela literatura e os modelos mais praticados pelo mercado nesse caso, os parâmetros da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P. Para buscar tal , são objetivos específicos do trabalho:

- a) analisar os conceitos de sustentabilidade empresarial;
- a) analisar e elencar a importância da sustentabilidade;
- b) examinar os princípios das ações socioambientais e verificar como eles são empregados na Empresa;
- c) analisar os principais modelos e ferramentas que auxiliam na adoção da responsabilidade social empresarial; e
- d) verificar a responsabilidade social empresarial da Prodemge em relação as diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública;

Devido às tendências mercadológicas e público-federais no que diz respeito às ações ligadas ao desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial, o tema responsabilidade social empresarial desperta um senso de oportunidade para que a Prodemge possa criar uma cultura de redução de consumo, reaproveitamento de materiais, a fim de consolidar a conscientização socioambiental e agregar maior valor econômico aos seus produtos.

Outra justificativa para o estudo desse tema na Companhia é o papel da Prodemge perante o Estado, por ser uma companhia pública que presta serviços de soluções tecnológicas para o êxito da administração pública, tem compromisso direto com a sociedade e com a utilização consciente de seus recursos, que afeta diretamente a preservação do meio ambiente.

Dessa forma, um estudo interno que analise os desafios para a criação de uma cultura voltada para o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial é relevante para que a Prodemge possa acompanhar as tendências da gestão sustentável, e recolocar seu papel institucional nesse contexto, sistematizando uma atuação social inclusiva e coerente com os valores e os princípios da ética pública e do respeito às boas práticas de manutenção do meio ambiente. Estará, assim, do ponto de vista da relevância social, no rumo de seguir ao que dispõe o Art. 255 da Constituição Federal do Brasil:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, Art. 255).

Para a efetivação dessa análise, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental, exploratória-descritiva da atual situação da Prodemge, em relação à adoção da responsabilidade social empresarial, ou seja, um estudo de caso, com o intuito de obter dados de natureza quantitativa, por meio da aplicação de questionários e em casos excepcionais, entrevistas em profundidade, dentro dos setores da Companhia.

A partir dos dados coletados, foi possível analisar a situação comportamental da Prodemge no que diz respeito à responsabilidade social empresarial a partir da percepção do colaborador e com base nisso é possível traçar o caminho que a Companhia almeja.

A literatura apresenta diversas metodologias que orientam uma organização a trilhar pelo caminho da RSE, dentre elas as mais difundidas foram elaboradas pelo Instituto Ethos, Organização Internacional de Normalização – ISO e a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

O Instituto Ethos elaborou um guia prático de indicadores para negócios sustentáveis e responsáveis com o objetivo de averiguar o quanto uma organização está inserida no desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial. Essa ferramenta de gestão visa apoiar as organizações a incorporarem a sustentabilidade e a responsabilidade social na estratégia de negócio (ETHOS, 2018).

A Organização Internacional de Normalização cria normas com intuito de facilitar o comércio promovendo boas práticas de gestão, disseminação de conhecimento e alavancagem tecnológica. Elaborou a ISO 26000:2010 que fornece orientações para as organizações incorporarem a responsabilidade social, considerando as questões socioambientais em todo o processo decisório da companhia e a se responsabilizar pelos seus atos (INMETRO, 2020);

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa do Ministério do Meio Ambiente que estimula entidades públicas a implantar ações sustentáveis (MMA, 2009);

Durante o processo de escolha das metodologias e ferramentas que poderiam ser aplicadas a essa pesquisa, observou-se uma dificuldade de aplicação da metodologia do Instituto Ethos e da ISO 26000:2010 devido à complexidade dos indicadores de sustentabilidade de ambos e demonstraram ser mais eficientes em organizações que possuem um maior nível de maturidade no que diz respeito a RSE. Ponderando o fato de que esse trabalho é um estudo inicial sobre a RSE na Prodemge a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P foi a que mais apresentou ser adequada para a realização desse trabalho, devido à flexibilização das normas de

implementação, que podem ser adequados a realidade das Entidades Públicas Estaduais.

Os indicadores da A3P são abertos e modelados a caráter da instituição, desde que atenda os seis eixos prioritários, a saber: i) uso racional dos recursos, ii) gestão adequada dos recursos, iii) qualidade de vida no ambiente de trabalho, iv) sensibilização, v) licitação sustentável, e iv) construção sustentável. Diante disto, entende-se que a A3P é a metodologia que mais engloba uma maior parte de dimensões: econômica, social, ambiental, e institucional.

Este trabalho é composto por sete capítulos, contando com introdução e conclusão. Onde o segundo e terceiro capítulo são a base bibliográfica que fundamenta a pesquisa e trazem uma breve dissertação sobre desenvolvimento sustentável, responsabilidade social empresarial, conceitos e práticas mais difundidas no mercado corporativo. O quarto capítulo é composto por uma breve apresentação da empresa em estudo. O quinto capítulo contém a metodologia utilizada para coletar os dados desta pesquisa. O sexto capítulo irá analisar e apresentar os dados coletados. Por fim, é apresentada a conclusão, no sétimo capítulo, que foi evidenciada durante a elaboração da pesquisa.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura proporciona a sustentação teórica à pesquisa, e aborda a visão, conceitos e práticas mais difundidas dos principais autores que tratam sobre o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social empresarial servindo de base para a boa compreensão dos parâmetros da A3P.

### 2.1 Desenvolvimento sustentável

A pesquisa de literatura observou diversos conceitos de sustentabilidade e o mais difundido foi apresentado na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU durante a apresentação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD em 1991, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid que deu origem ao Relatório Brundtland. A Convenção conceitua sustentabilidade como o meio que atua sobre os desejos das gerações atuais sem degradar a capacidade das futuras gerações de terem suas próprias necessidades supridas (BRUNDTLAND, 1991).

O Relatório de Brundtland foi o pioneiro nos conceitos de Desenvolvimento Sustentável, classificando o termo como um processo de mudança que tem por objetivo harmonizar os investimentos e o desenvolvimento tecnológico da organização com o futuro das necessidades e desejos da humanidade (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Tal relatório faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento da época, utilizado pelos países desenvolvidos, pois o modelo põe em risco a vida e não só a vida humana, mas sim a vida em sua essência, ou seja, toda a diversidade existente no planeta Terra, além de gerar desigualdade social. A forma de desenvolvimento desordenada que visa a extração do meio ambiente e não respeita a capacidade de renovação dos recursos naturais e nem de deterioração dos resíduos gerados, apresenta ser um modelo inviável e ilógico uma vez que a natureza e seus recursos naturais são finitos e estão interligados através de um ecossistema equilibrado e complexo ISO 26000 (ABNT, 2010).

O conceito de desenvolvimento sustentável é contraditório, uma vez que os interesses econômicos estão acima dos interesses socioambientais. O sentido do termo evoluiu à medida que houve debates a cerca da evolução e globalização dos países. Entretanto o alicerce do termo visa à sustentabilidade, e a dificuldade de definição e transmissão deste reflete a dificuldade dos países e instituições em transformar os conceitos em ações (BORGES, 2014).

Sem delongas a respeito dos conceitos e históricos da sustentabilidade, o Quadro 1 apresenta de forma cronológica e sucinta os marcos históricos da sustentabilidade.

Quadro 1 – Resumo dos marcos, perspectiva histórica e cronológica.

Ano	Perspectivas
1972	Publicação do Relatório do Clube de Roma (The Limits to Growth) sobre riscos globais dos efeitos da poluição e do esgotamento das fontes de recursos naturais. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, com a participação de 113 países. O conceito de Eco-desenvolvimento foi apresentado por Ignacy Sachs, considerado precursor do Desenvolvimento Sustentável.
1975	Elaboração do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1975/79) que definiu prioridades para o controle da poluição industrial.
1980	Surge a noção de Ecologia profunda, que coloca o homem como o componente de sistema ambiental complexo, holístico e unificado.
1983	A ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que desenvolveu o paradigma de desenvolvimento sustentável, cujo relatório ( <i>Our Common Future</i> ) propunha limitação do crescimento populacional, garantia de alimentação, preservação da biodiversidade e ecossistemas, diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias de fontes energéticas renováveis, aumento da produção industrial a base de tecnologias adaptadas ecologicamente, controle da urbanização e integração campo e cidades menores e a satisfação das necessidades básicas.
1991	A Câmara de Comércio Internacional (CCI) aprovou "Diretrizes Ambientais para a Indústria Mundial", definindo 16 compromissos de gestão ambiental a serem assumidos pelas empresas, conferindo à indústria responsabilidades econômicas e sócias nas ações que interferem com o meio ambiente. Essas diretrizes foram acatadas no Brasil, pelo Comitê Nacional da Câmara de Comércio Internacional, tendo-se a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.
1992	Realizou-se no Rio de Janeiro a ECO-92 (a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) na qual foram elaboradas a Carta da Terra (Declaração do Rio) e a Agenda 21, que reflete o consenso global e compromisso político objetivando o desenvolvimento e o compromisso ambiental.
1997	Discutido e negociado em Quioto no Japão, o Protocolo propõe um calendário pelo qual os países membros teriam obrigações de reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Em novembro de 2009, 187 países haviam aderido ao Protocolo.
1999	Jhon Elkington concebeu o <i>Triple Bottom Line</i> (TBL) para ajudar empresas a entrelaçarem os componentes do desenvolvimento sustentável: prosperidade econômica, justiça social e proteção ao meio ambiente em suas operações.
2002	Acontece, em Johannesburgo, a conferência mundial denominada Rio + dez, onde se instituiu a iniciativa " <i>Business Action For Sustainable Development</i> ".
2006	O documento "Uma verdade inconveniente" de Davis Guggenheim (sobre a militância política de Al Gore a quem rendeu o Nobel da Paz em 2007 e dois Oscar) cuja mensagem principal (" <i>become carbon neutral</i> ") se coloca como um novo paradigma planetário.
2009	Realiza-se em Copenhague a 15ª Conferência do Clima (COP 15) das Nações Unidas, evento que reuniu 25 Chefes de Estado

Fonte: Autores (ADAPTADO DE ZOZZOLI, 2008; OLIVEIRA FILHO, 2004, PAULA, 2008; KATO, 2008 *apud* BACHA; SANTOS; SCHAUN, 2010, p.2-3)

A partir do histórico apresentado pode se observar a abrangência e a complexidade do desenvolvimento sustentável que estão diretamente relacionadas com a preocupação de atender as atuais necessidades da sociedade, ou seja, as necessidades de curto prazo, limitando às necessidades da sociedade futura.

Almeida (2002) equipara sustentabilidade com sobrevivência, relacionando a existência do planeta com as espécies, a sociedade e seus empreendimentos econômicos. Tal comparação, demonstra o contexto multidisciplinar do termo desenvolvimento sustentável, que extrapola os aspectos ecológicos e engloba a economia, a política, a tecnologia, entre outros.

Sachs (1993) apresenta o conceito interdimensional da sustentabilidade correlacionando com os pilares do desenvolvimento sustentável elaborado por Sousa (2006), (vide Figura 1), sendo:

a) ambiental: consumo consciente dos recursos naturais, e incentivo da inovação com aplicação da tecnologia limpa;

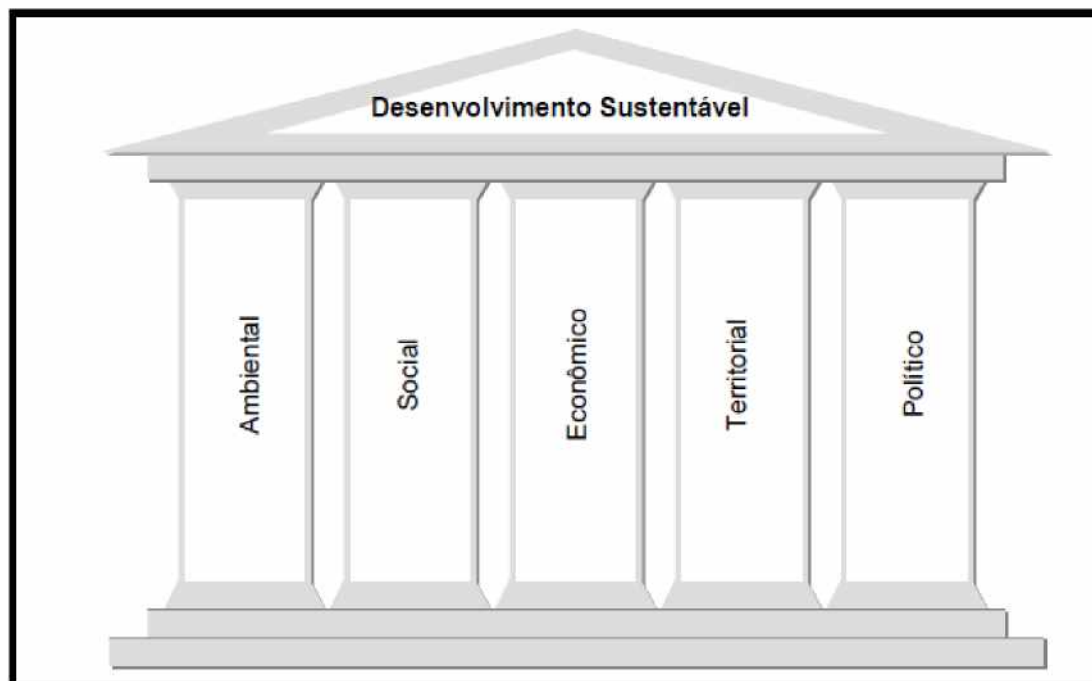
b) social: ênfase na redução social entre as classes levando como base *“o desenvolvimento em sua multidimensionalidade, abrangendo todo o espectro de necessidade material e não material”*;

c) econômica: eficiência econômica com viés macrossocial baseado em *“ alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado”*;

d) territorial: equilíbrio na ocupação das áreas rurais e urbanas, evitando a concentração populacional em apenas uma área;

e) político: respeito as diversas culturas, ou seja, visa o respeito mútuo e suas especificidades culturais (SACHS, 1993, p. 25 - 27).

Figura 1 - Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Sousa (2006, p. 45)

A partir dos autores pesquisados, conclui-se que o conceito de desenvolvimento sustentável é complexo e abrangente, igualmente ao conceito de sustentabilidade, devido suas dimensões interdisciplinares. Diante disso, entende-se que o desenvolvimento sustentável é sistêmico e está relacionada com a continuidade das atividades econômicas, sociais e ambientais que podem ser aplicada em diversos níveis de uma instituição.

Para que uma empresa seja considerada sustentável deve não somente buscar pela satisfação dos acionistas, mas também buscar melhorias para o ambiente e para a sociedade, a fim de reduzir os problemas causados pela ação humana (BARBIERI, 2011).

O autor destaca que uma empresa sustentável tem como princípios:

a) criar valores em longo prazo para os proprietários e acionistas e ao mesmo tempo solucionar problemas ambientais e sociais;

b) utilizar os recursos de forma sustentável;

c) utilizar tecnologias limpas;

d) restaurar qualquer dano por ela causado; e

e) solucionar problemas sociais (Adaptado de Barbieri, 2011, p.27-

28).

Sobre o futuro do desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas, apresentou em 25 de setembro de 2015, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” com o objetivo de ser a força motriz da transformação, com intuito de erradicar a pobreza, fome, combater a desigualdade, pacificar a sociedade, torna-la justa e inclusiva, preservar o planeta e minimizar as mudanças climáticas até 2030. Tal documento é composto pelos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Figura 2 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: (Organização das Nações Unidas, 2015)

Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável podem ser descritos como:

1. acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

6. assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

7. assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

8. promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

9. construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

10. reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

11. tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

12. assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

13. tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;

14. conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

15. proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidades;

16. promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; e

17. fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (ABNT et al., 2015, p.19 - 21).

Kraemer (2005) reforça o conceito e a responsabilidade do termo ao afirmar que o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social empresarial têm por objetivo atender os distintos grupos de interesse nas dimensões econômica, ambiental e social, incorporando processos inovadores de gestão e alcançando extensões sociais responsáveis.

Conclui-se que prática de ações sustentáveis leva aos gestores um novo desafio, que deverão incluir questões relacionadas à ética aplicada ao meio ambiente, a fim de melhorar a relação da empresa com a sociedade e para alcançar esse objetivo à empresa deverá atuar nas dimensões sociais, econômicas, ecológicas, territoriais, culturais, tecnológicas, políticas entre outras, gerando um arcabouço de processos sustentáveis.

## **2.2 Responsabilidade social empresarial**

O objetivo desse tópico é correlacionar os conceitos supracitados de desenvolvimento sustentável com a responsabilidade social empresarial que tem por objetivo fundir a economia empresarial com os anseios ambientais e sociais.

Borger (2001) associa o conceito de responsabilidade social empresarial com as ações e resultados empresariais que devem estar alinhadas com a sociedade e os resultados empresariais devem satisfazer a sociedade como um todo e não somente dos sócios e acionistas.

O termo responsabilidade social empresarial tem como base o tripé da sustentabilidade "*Triple Bottom Line*" que analisa as questões ambientais integrando as melhores práticas empresarias dentro dos conceitos econômicos, ambientais e sociais com o intuito de gerar valor para a empresa e para a sociedade (SOUSA, 2006).

Conforme anteriormente mencionado o desenvolvimento sustentável tinha como foco as questões ambientais, e a partir dos anos 1990, absorveu as dimensões econômicas e sociais, gerando a responsabilidade social empresarial.

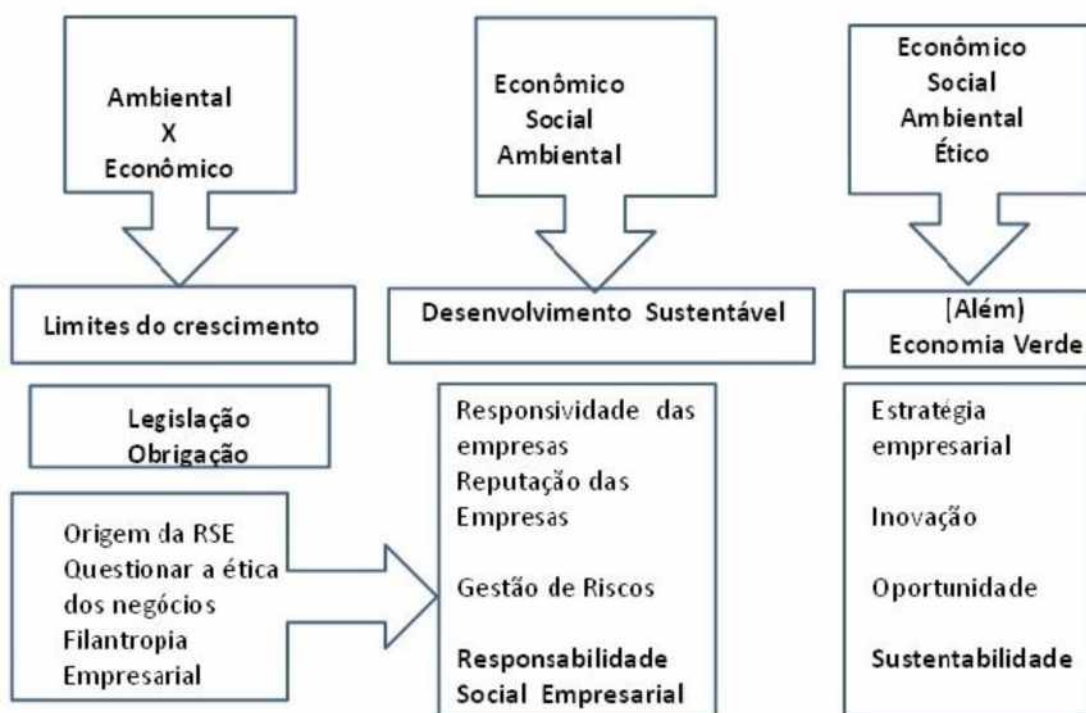
A complexidade de conceito de sustentabilidade estende para a responsabilidade social empresarial, que se originou nos Estados Unidos e na Europa, na década de 1950. A excessiva autonomia das empresas, as pressões que as mesmas exerciam sobre a sociedade e sem a preocupação com as consequências das atividades para com o meio ambiente fizeram com que os empresários, a fim de compensarem os impactos causados pela ação

empresarial, envolvessem em atividades sociais fora do escopo de negócio das empresas, mas como obrigação moral (BORGES, 2013).

Melo Neto e Froes (2001) corroboram com Borges (2013) ao mencionar a amplitude e a natureza do tema responsabilidade social empresarial, por ser um conceito relativamente novo no Brasil, a RSE carece de um sentido mais preciso. O referido termo é um comportamento que navega entre a ética nos negócios, ações junto à comunidade, relacionamento entre instituição e colaborador, acionistas, clientes, fornecedores entre outros. Devido ao amplo espectro da RSE assim como a subjetividade de seu significado surge à complexidade sobre o assunto que envolve ações, valores e relações de uma organização.

O conceito de desenvolvimento sustentável está interligado com o conceito de responsabilidade social empresarial, onde Borges (2013) destaca a dificuldade do crescimento econômico em longo prazo sem o progresso social e sem a preocupação como meio ambiente. E todas as dimensões do “*Triple Botton Line*” devem ser tratadas com simetria. A Figura 3 demonstra os conceitos da responsabilidade social empresarial e sua evolução.

Figura 3 - Evolução de conceitos de RSE e sustentabilidade



Fonte: Borges (2013, p.1)

Conforme apresentado, o conceito de responsabilidade social empresarial evolui à medida que houve um aumento do interesse público sobre as questões econômicas, ambientais e sociais, onde Barbieri (2007) relata que os investidores já colocam em pauta as questões ambientais ao averiguarem a rentabilidade do investimento e esses critérios podem afetar a depreciação financeira e patrimonial da empresa.

É inegável que as ações empresariais impactam o meio ambiente como um todo e a sociedade passou a fiscalizar esses impactos e a questionar o papel da empresa para com a sociedade. Dessa forma, a linha que separa os interesses empresariais dos interesses da sociedade se rompeu, exigindo que os gestores tenham uma visão interna e externa da empresa correlacionando suas ações com os interesses públicos, sob pena de punição por parte da sociedade.

Com base nisso Sousa (2006) conclui que a responsabilidade social pode ser interpretada como uma forma da empresa prestar contas para a sociedade uma vez que os serviços e produtos disponibilizados dependem dos recursos naturais que são de propriedade da humanidade, os colaboradores que participam da criação dos produtos / serviços pertencem a um grupo social e os recursos financeiros são frutos do apoio do Estado com as instituições.

### 2.3 Tipos de responsabilidade social empresarial

As empresas podem exercer o papel social a partir do cumprimento legal, ou seja, das questões impostas por lei, caracterizada pela motivação externa ou através da motivação interna que utiliza a ação socioambiental baseada no valor, missão e visão em que a empresa acredita, ou seja, utiliza de seus valores internos para nortear suas ações. O Quadro 2 apresentado por Schvarstein (2004 *apud* SOUSA, 2006, p. 15) apresenta as diferenças da classificação da RSE.

Quadro 2 - Tipo de Responsabilidade Social

<b>Responsabilidade</b>	<b>Origem</b>	<b>Conduta</b>	<b>Organização</b>
Exigida	Obrigação	Legal	Reativa
Interna	Opção	Ética	Proativa

Fonte: Schvarstein, (2004 *apud* Souza, (2006), p.15)

As empresas que atuam na RSE de forma legal têm a visão na maximização dos lucros e utiliza a Lei para nortear suas ações, ou seja, são empresas que priorizam os interesses dos acionistas. Já as empresas socialmente responsáveis, antecipam suas ações a partir da perspectiva da sociedade, possuem programas de RSE bem desenvolvidos e o grupo de *stakeholders* são compostos por acionistas, colaboradores, fornecedores e comunidade local (BORGER, 2001).

O autor relata que empresa proativa e que possui política de RSE bem definida adapta-se melhor as novas situações de mercado e social do que empresas reativas, por não monitorarem as tendências sociais, ambientais e alterações em leis. Já a empresa proativa possui um senso de responsabilidade social ético, monitora o meio em que está inserida, preocupa com a legislação, e tende a longevidade (BORGER, 2001).

Portanto esse trabalho irá focar no tipo de responsabilidade social ética, pois se não houver uma preocupação com os princípios sociais e com o meio ambiente a instituição pode sofrer rejeição por parte da sociedade que defende a preservação dos recursos naturais.

#### **2.4 Papel das instituições na sociedade**

Segundo a teoria das organizações, as instituições são organismos vivos, ou seja, são sistemas vivos que precisam satisfazer suas diversas necessidades, análogo a natureza, assim como existem diversos habitat existem diversas organizações cada qual com suas necessidades. Diante dessa linha simples de raciocínio, os teóricos da administração passam a utilizar a biologia como fonte de inspiração dos estudos referente ao funcionamento das empresas e elaboraram diversas ideias sobre como as organizações funcionam e que fatores podem influenciar seu habitat (GARETH, 1996).

À medida que a teoria das organizações evoluiu, a visão rígida sobre as empresas declinou e abriu espaço para outras ideias que transcendesse o ambiente interno e passou a observar outros fatores jamais pensados, tal como o ambiente social fora do espaço empresarial. Logo os teóricos da organização

passaram a advertir a importância de estudar as necessidades sociais, interna e externa, estudar os impactos ao meio ambiente e ponderar quando aos negócios, que não dependem somente da maximização dos lucros (GARETH, 1996).

Essa linha de estudo é controversa, pois Friedman (1985) defende que as empresas devem limitar a responsabilidade social diante da maximização dos lucros onde os negócios empresariais sobressaem e as demais responsabilidades sociais fica sob domínio da máquina pública, conforme descreve.

Friedman sempre foi taxativo e convicto de suas ideias e afirmava que:

[...] os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm "uma responsabilidade social" para além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Esse ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia, há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraude. De modo semelhante, "a responsabilidade social" dos líderes do trabalho é a de servir aos interesses dos membros de seus sindicatos. É responsabilidade do resto dos cidadãos estabelecer uma estrutura legal com características tais que um indivíduo, ao promover seus próprios interesses (FRIEDMAN, 1985, p.139).

O modelo da livre empresa colocada por Friedman se opõe a teoria das organizações para qual as empresas possuem um papel importante perante a sociedade e podem influenciar nas questões políticas, a favor da economia privada ou não. Entretanto, a responsabilidade social é vista como a imagem que uma empresa quer passar para seus clientes e os empresários buscam integridade pessoal perante a sociedade (BORGER, 2001).

Borger (2001) destaca o verdadeiro papel das empresas que é o lucro, conforme mencionado por Friedman (1985), mas, os lucros devem ser de longo prazo, pois deve seguir as normas, leis e regulamentos considerando o impacto de seus produtos e serviços ao meio ambiente e a sociedade, sempre a procura de formas de melhorar o convívio entre empresa e sociedade. As

empresas possuem um papel social e político, obrigando-as elevar seu propósito para além da maximização dos lucros e da obediência as leis.

Desta forma, as empresas devem ser sustentáveis, de modo que isso possa ser tido como um papel político e social a ser desempenhado pelas empresas, conforme será mais bem explicado na próxima seção.

## **2.5 Estratégias e caminhos para promoção da responsabilidade social empresarial - RSE**

A empresa que possui atividades perante a comunidade e programas de redução de impactos ambientais, não a caracteriza como empresa socialmente responsável. Os projetos sociais e a preocupação com meio ambiente são critérios fundamentais para a prática da RSE, mas não é o suficiente. Sousa (2006) recomenda a incorporação da RSE na gestão estratégica de negócios da empresa de forma que se possa quantificar a avaliação de desempenho nos critérios de inclusão social e promoção do meio ambiente. Dessa forma a RSE deve fazer parte do planejamento estratégico, da cultura empresarial e da gestão dos negócios.

Borges (2001) confirma que a RSE deve estar inclusa na cultura, missão, visão e valores da instituição, ou seja, fazer parte integral do negócio, dos processos, ser considerada durante a tomada de decisão, estar presente nos documentos que expressam os princípios e objetivos da instituição. É fundamental que a organização declare seu apoio nas questões em que acredita, seja clara no que espera e deseja das partes interessadas e para isso precisa desenvolver valores e princípios éticos que sustente o crescimento mútuo de todos os envolvidos.

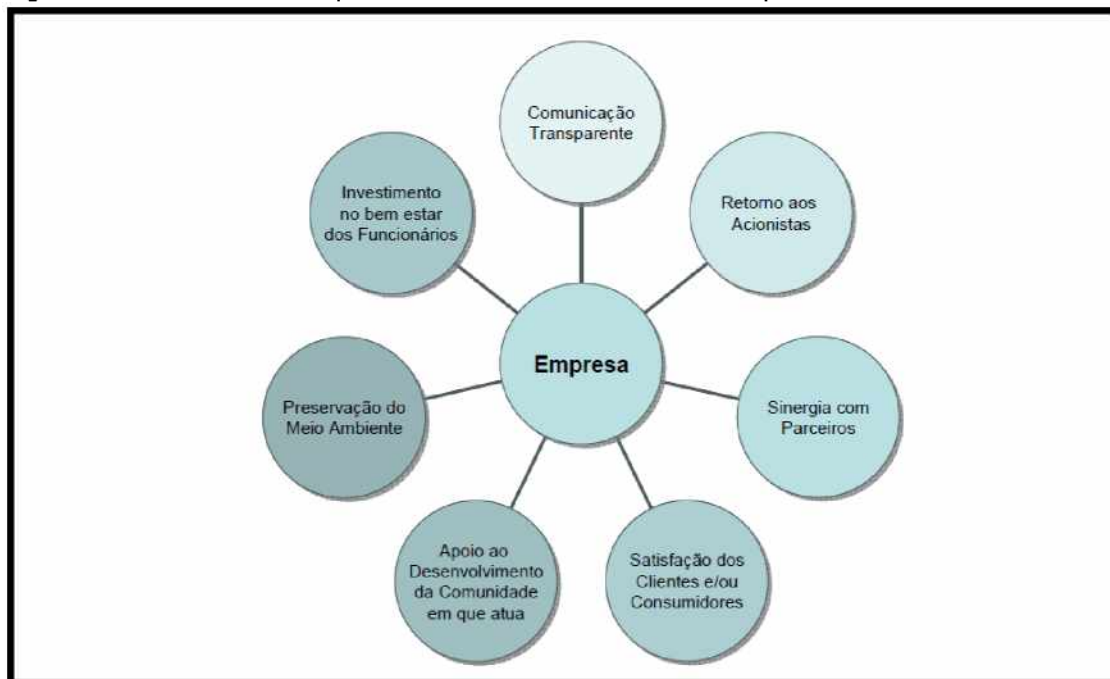
Valores e princípios éticos definem como as relações com as partes interessadas serão desenvolvidas, provém o contexto dentro do qual as políticas, práticas, processo e decisões éticas serão tomadas. (BORGES, 2001, p.72).

Smith (2012) destaca que para incorporar a RSE primeiramente a instituição deve conhecer a fundo quais são os princípios básicos que orientam a política interna, as estratégias e atividades empresarias e que estes devem

estar alinhados com a cultura da instituição e sua elaboração deve ser efetuada de dentro para fora a fim de representar a índole empresarial.

Melo Neto e Froes (1999) citados por Sousa (2006) relatam que existem sete vetores que norteiam a gestão empresarial para a promoção da RSE, conforme apresentado abaixo.

Figura 4 - Vetores da Responsabilidade Social de uma Empresa



Fonte: Melo Neto e Froes, (1999, *apud* Sousa, (2006) p. 16)

Entretanto, Melo Neto e Froes (2001, p.129) relata que ações simplórias não são o suficiente para uma empresa socialmente responsável, deve-se:

a) preservar o meio ambiente: Não basta apenas utilizar papel reciclável, o universo ecológico abriga diversas outras atividades, como a aplicação de política e gestão ambiental, utilização de tecnologia limpa entre outros procedimentos;

b) investir no bem estar dos colaboradores: Demonstrar interesse pelo bem estar do colaborador, indica que a instituição possui um lado social, entretanto uma ação superficial não sana o problema, deve-se ir a fundo, conhecer a rotina e os problemas dos parceiros e seus familiares, a fim de evitar ou tratar a saúde mental, ocupacional e preservar a segurança no ambiente de trabalho;

c) apoiar o desenvolvimento da comunidade em que atua: A empresa deve contribuir ao máximo para o crescimento social, incentivar o esporte, quando possível, abrir suas instalações para atividades relacionadas a cultura, lazer, educação entre outros;

d) satisfazer os clientes e/ou consumidores: sinergia com parceiros; e comunicação transparente: Ser íntegra, ética e responsável. Não ofertar produtos/ serviços casada ou com o intuito de ludibriar os compradores ou usuários, essa pratica deve ser ofertada não somente com os clientes, e parceiros, mas também com os colaboradores.

O ambiente organizacional sem barreiras que permite de forma saudável o diálogo, a troca de informações com transparência, o debate sobre os problemas, reconhecer erros sem que haja punição e sim incentivo para que ocorra uma oportunidade de melhoria, propicia um ambiente orientado para o desenvolvimento da RSE, reduz a distância entre colaboradores de diversas hierarquias, constrói relações, comprometimento e estabelece objetivos únicos entre colaboradores e partes interessadas (BORGES, 2001).

A responsabilidade social empresarial é destacada pelo empenho social, econômico, e ações voltadas para a preservação do meio ambiente. Organização socialmente responsável adota padrões coerentes com a realidade da sociedade, aprende novos valores, busca sinergia social, através do comprometimento e gera qualidade de vida para todos os envolvidos. Diante do exposto percebe-se que as questões da RSE são multidimensionais e interdisciplinares, e é fundamental que toda a companhia esteja engajada nas questões ambientais e sociais a fim de promover a ética corporativa.

Nos próximos itens serão debatidos como as instituições podem agir mais voltadas para o meio ambiente e para a sociedade.

#### 2.5.1 Gestão ambiental nas instituições

A gestão ambiental é compreendida por Barbieri (2007) como as diretrizes ou atividades relacionadas com o planejamento, controle, direção, alocação de recursos que tem como objetivo maximizar os efeitos positivos

sobre o meio ambiente, a fim de minimizar os efeitos negativos, e ou evitá-los, causados pela ação humana. Diante do conceito descrito, observa-se a gama de variedades que a gestão ambiental pode ser aplicada para solucionar as questões ambientais.

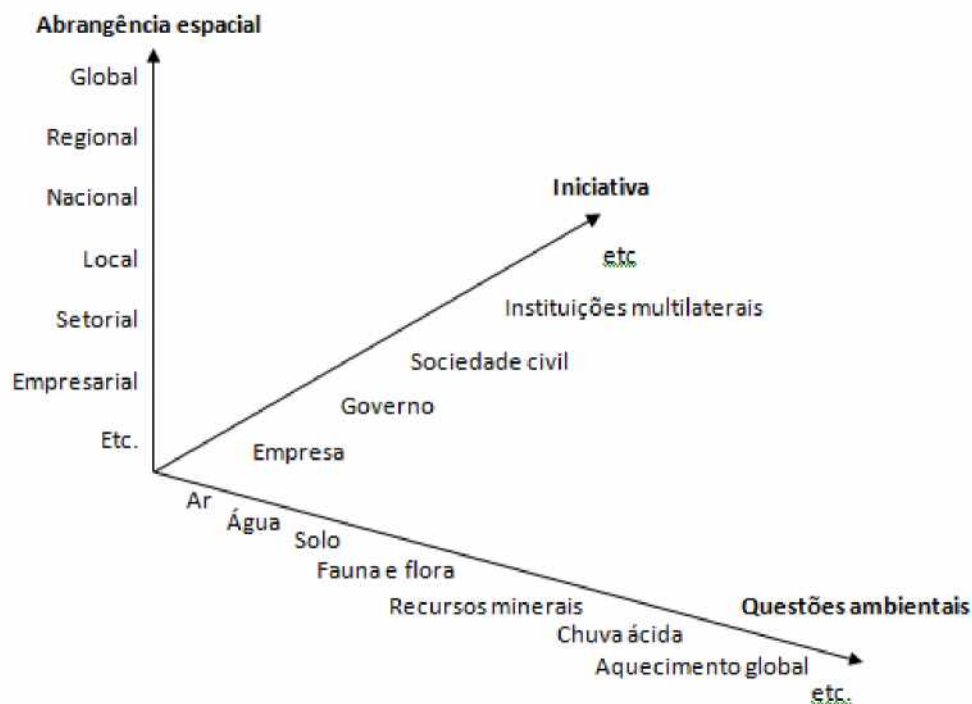
Barbieri (2007) descrever três dimensões que todo tipo de gestão ambiental deve contemplar (Figura 5) sendo:

a) dimensão espacial: Abrangência da área em que as ações ambientais devem mirar;

b) dimensão temática: Objetiva a questão que se quer alcançar;

c) dimensão institucional: Define o órgão irá tomar as decisões referente a qual caminho seguir para obter os resultados esperados.

Figura 5 – Gestão ambiental – Dimensões

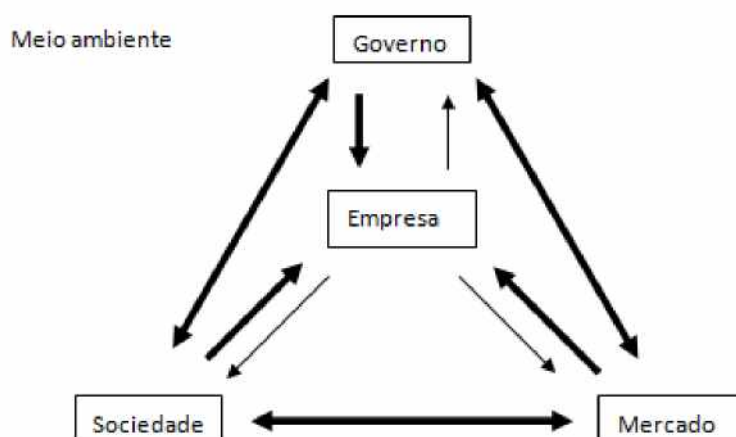


Fonte: Barbieri (2007, p. 27)

O vetor elaborado por Barbieri (2007) aborda os fatores socioambientais que reconhece a importância da natureza e a utilização de seus recursos que deve ser pensados de forma colaborativa, ou seja, atender as necessidades da geração presente, sem prejudicar as futuras gerações, e para isso, deve-se buscar por alternativas de produção e consumo consciente e sustentável uma vez que os recursos naturais são finitos.

A gestão ambiental empresarial pode ser a solução dos problemas ambientais, segundo Barbieri (2007), onde os empresários e administradores necessitam adotar novas maneiras de trabalho e passar a considerar os fatores que poderão afetar o meio ambiente ao tomar decisões estratégicas de negócio. E essas novas atitudes não surgem de forma proativa, conforme mencionado no tópico tipos de gestão ambiental tratado neste trabalho. Caso não haja força externa da sociedade ou dos governantes, Barbieri (2007) afirma que não existiria o envolvimento das organizações nos temas socioambientais e que a origem da responsabilidade social empresarial está diretamente relacionada com as legislações. A Figura 6 demonstra a pressão que as organizações sofrem para adequar as exigências sociais e legais.

Figura 6 - Gestão ambiental empresarial - Influências



Fonte: Barbieri (2007 p.113)

Diante de tamanha pressão, as organizações devem antever as tendências e se adequar as necessidades das três esferas, Governo, Sociedade e Mercado, ou seja, adotar uma postura criativa e ativa.

Todas as organizações tratam os problemas ambientais de forma distinta, cada qual irá agir de acordo com sua necessidade, a exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP adota padrões rígidos que acompanha todo o processo industrial, desde a utilização dos insumos, forma como é processado, distribuído, e a correta destinação dos resíduos, envolvem os colaboradores que por sua vez aumenta o comprometimento e gera resultados satisfatórios. Esse processo encadeado e socialmente responsável trabalha o conceito de Produção mais Limpa (P+L),

absorve as melhores práticas socioambientais, ou seja, minimiza os impactos ambientais e sociais em toda a cadeia de produção (FIESP, 2020).

Barbieri (2007) elaborou três diferentes abordagens que a instituição possa utilizar em conformidade com as necessidades organizacionais, denominadas por:

a) controle da poluição: tem por objetivo, atender as normas governamentais, utilizadas normalmente por organizações reativas e adotam essa abordagem para minimizar as pressões sociais e governamentais;

b) prevenção da poluição: atua diretamente no processo e produto a fim de prevenir a geração da poluição, busca eficiência e qualidade no produtos de forma a fazer mais com menos e reduzindo ou eliminando os rejeitos; e

c) abordagem estratégica: além de praticar o controle e prevenção da poluição, a organização aproveita oportunidades de mercado, minimiza riscos decorrentes de questões ambientais existentes e futuras.

A consolidação destas abordagens estão relacionadas no Quadro 3.

Quadro 3- Gestão ambiental na empresa - Abordagens

Características	Abordagens		
	Controle da poluição	Prevenção da poluição	Estratégica
Preocupação básica	Cumprimento da legislação e respostas às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e proativa	Reativa e proativa
Ações típicas	Corretivas Uso de tecnologias de remediação e de controle no final do processo ( <i>end-of-pipe</i> ) Aplicação de normas de segurança	Corretiva e preventiva Conservação e substituição de insumos Uso de tecnologias limpas	Corretivas, preventivas e antecipatórias Antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazo Uso de tecnologias limpas
Percepção dos empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custo e aumento da produtividade	Vantagens competitivas
Envolvimento da alta administração	Esporádico	Periódico	Permanente e sistemático
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas geradoras de poluição	Crescente envolvimento de outras áreas como produção, compras, desenvolvimento de produtos e	Atividades ambientais disseminadas pela organização Ampliação das ações ambientais

		marketing	para toda a cadeia produtiva
--	--	-----------	------------------------------

Fonte: Borges (2007, p. 119)

## 2.5.2 Gestão social em instituições

O propósito da gestão social é reconhecer que os resultados da instituição estão pautados nas decisões que abrangem um universo de pessoas interessadas que vai além dos administradores, acionistas e sócios. Diante disso, as ações da instituição afetam a sociedade em ampla escala e na maioria das vezes a sociedade não tem direito de decisão sobre a organização e o papel da gestão social é agir sobre esses efeitos (BORGES, 2001).

A gestão social está além de cobrir as obrigações da instituição, deve também atender os valores éticos, cidadania, direitos humanos, respeito a co-responsabilidade e a reciprocidade em todos os estágios de negócio da organização. Cabe aos administradores elaborar planos e estratégias para que a responsabilidade social seja incorporada nas ações da empresa de forma que a marca institucional seja reconhecida pela sua importância e seriedade, legitimando suas ações perante a sociedade (PESSOA, 2020).

Melo Neto e Froes (2001) relatam que existem dois fatores distintos que pauta o exercício da gestão social, sendo os projetos sociais e as ações comunitárias. Os projetos sociais são direcionados para solucionar problemas sociais que aflige um determinado grupo social ou populações que estejam ou não em situações de risco.

Em caso de persistência dos problemas ou soluções inadequadas, a situação pode se agravar forçando ações imediatas e planejamentos futuros de médio e longo prazo. Já as ações comunitárias estão associadas à participação da companhia em programas e atividades sociais motivada pelo governo e ou órgãos filantrópicos.

As ações comunitárias normalmente mais difundidas pelas companhias são adoção de creches, escolas, doações, manutenção de praças, jardins, ruas e avenidas entre outras atividades. O Quadro 4 apresenta um breve comparativo entre os projetos sociais e as ações comunitárias.

Quadro 4 - Comparativo entre ações comunitárias e projetos sociais

<b>Ações comunitárias</b>	<b>Projetos sociais próprios</b>
Ação indireta sobre a comunidade	Ação direta sobre a comunidade.
Transferência / repasse de recursos para entidades.	Aplicação direta dos recursos.
A gestão é feita por terceiros.	A gestão é feita pela própria empresa.
São ações de doação e apoio.	São ações de fomento ao desenvolvimento social.
Geram retorno tributário, social e institucional.	Geram retorno social e de mídia institucional.
Não demandam ações de marketing social.	Demandam ações de marketing social.

Fonte: Melo Neto e Froes (2001, p. 29)

Como estratégia de promoção da RSE é importante que a instituição defina qual a jornada social pretende alcançar, definido o foco (meio ambiente, integração e inclusão social através da capacitação profissional, agregar valor junto à organização, entre outras), a estratégia de ação (marketing de relacionamento e ou institucional), e por fim, deve-se definir o papel principal (disseminar valores e conhecimento, promover cidadania, etc.). Após a definição do foco, ação e papel social, a companhia terá a verdadeira visão de responsabilidade social empresarial (MELO NETO; FROES, 2001).

A empresa socialmente responsável torna-se cidadã porque dissemina novos valores que restauram a solidariedade social, a coesão social e o compromisso social com a equidade, a dignidade, a liberdade, a democracia e a melhoria da qualidade de vida de todos que vivem na sociedade (MELO NETO; FROES, 2001, p. 36).

Com a adoção da gestão social em conjunto com a gestão ambiental espera-se no âmbito empresarial melhorar a economia, firmar a imagem da organização, e no âmbito socioambiental minimizar os impactos ambientais causadas pela ação humana e maximizar a coesão da sociedade, tornando-a mais justa.

### 3 NORMAS E METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Neste capítulo abordam-se as normas de responsabilidade social e os indicadores de sustentabilidade ambiental nas empresas. Tal fato é importante analisar para que as organizações possam avaliar em qual nível de maturidade em relação a RSE a organização está e a partir disso definir novos objetivos ou reorganizar os existentes.

#### 3.1 ANBT NBR ISO 26.000 – Diretrizes sobre responsabilidade social

Com o objetivo de nortear a implantação da responsabilidade social empresarial a ISO 26.000 (ABNT, 2010) reconhece que cada organização encontra-se em um patamar de desenvolvimento sustentável, dessa forma, a Norma foi elaborada com o intuito de ser utilizada por qualquer instituição independente de seu grau de sustentabilidade. Diante disso, o presente trabalho ira explanar parte dessa como ferramenta para a promoção da RSE.

Segundo a ISO 26.000 a responsabilidade social “é a responsabilidade de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente, por meio de um comportamento ético e transparente” (ABNT, 2010, p.10). Ainda, a ISO 26.000 define que tal comportamento ético

- a) contribui para o desenvolvimento sustentável, inclusive a saúde e o bem-estar social;
- b) leva em consideração as expectativas das partes interessadas;
- c) está em conformidade com a legislação nacional e internacional; e
- d) está integro em todos os setores da instituição (ABNT, 2010, p.10).

A ISO 26.000 (ABNT, 2010) impulsiona a companhia a adotar uma nova forma de economia, sendo inclusiva, verde e responsável e, para isso, Smith (2012) elenca sete passos iniciais que buscam consolidar as orientações

de gestão e conduta para que a instituição possa alcançar os objetivos almeçados dentro da responsabilidade social empresarial. Sendo:

a) *accountability*: É o ato de prestar contas e responsabilizar-se pelas atividades exercidas que impactam ou não o meio ambiente e a sociedade. Deve-se conhecer os impactos que cada ação tem sobre o meio ambiente e a sociedade e atuar de forma ativa para prevenir e no caso de acidente atuar de forma e reparar os danos assim como prestar toda a assistência devida a sociedade;

b) transparência: Não obstruir informações referente a ações que podem impactar as questões socioambientais. Efetuar de forma clara e objetiva todas as informações da companhia para as partes interessadas;

c) comportamento ético: praticar empatia, honestidade, integridade diante dos interesses socioambientais. Desenvolver, aplicar e fiscalizar instruções normativas internas que atendem os valores da instituição;

d) respeito aos interesses das partes interessadas: identificar os *stakeholders*, os interesses, ansiedades, direitos legais, e identificar o que as decisões da companhia pode impactar as partes interessadas;

e) respeito pelo estado de direito: igualdade legal no tratamento interpessoal, onde nenhum indivíduo está acima da lei e para isso deve-se observar as leis e normas, suas atualizações e disseminar de forma que estas sejam cumpridas;

f) respeito às normas internacionais de comportamento: cumprir as leis e regulamentos internacionais e evitar exercer atividades que vão contra as normas considerando sanções em caso de não cumprimento;

g) respeito pelos direitos humanos: tornar público e aplicar a universalidade da Carta Internacional dos Direitos Humanos e reconhecer que tais direitos são aplicáveis em todo o território independente da fronteira ISO 26000 (ABNT, 2010, p.13 - 15).

Smith (2012) informa que após a elaboração dos sete passos supracitados o segundo estágio é a incorporação desses valores, na qual a ISO 26.000 (ABNT, 2010) estabelece um conjunto de ações que deve ser executado para que a instituição possa desenvolver e aplicar as diretrizes de

responsabilidade social. Para isso é necessário formalizar as decisões na forma de declaração e carta de princípios contendo o código de conduta e tornar a público as informações de forma a atingir o maior número de pessoas.

Para o sucesso da RSE Smith (2012) recomenda a criação de uma área da companhia fique responsável por todo o acompanhamento da incorporação dos princípios da responsabilidade social, monitore e efetue auditorias internas externas, a fim de adequar as transformações que possam a vir ocorrer durante e após os processos de implementações.

Em terceiro e último estágio Smith (2012) destaca o papel da instituição como promotora de ações socioambientais devido o seu grau de influência perante a sociedade. Uma organização bem estruturada com princípios éticos e morais inspira a comunidade e serve de referência para outras organizações que desejam trilha pelo caminho responsável, isso faz com que a companhia destaque no mercado e gere produtos e serviços sócio responsáveis.

Os passos apresentados pela norma ISO 26.000 (ABNT, 2010) estão em conformidade com os vetores que norteiam a gestão empresarial para a promoção da responsabilidade social empresarial, apresentado pela Figura 4 desta obra, corroborando com a importância de não somente ter ações socioambientais, mas também administrar tais ações a fim de buscar a excelência nas questões sustentáveis.

A ISO 26.000 (ABNT, 2010) orienta que a instituição deva definir o escopo da responsabilidade social, analisar e identificar as questões relevantes e estabelecer prioridades de ação, ou seja, a instituição deve definir temas centrais da responsabilidade social e estes temas devem abordar sobre governança organizacional, direitos humanos práticas de trabalho, meio ambiente, práticas legais de operação, questões relativas ao consumidor e envolvimento e desenvolvimento da comunicação, conforme destacado pela Figura 7.

Figura 7 - Visão Holística dos Temas Centrais da Responsabilidade Social



Fonte: ABNT et al. (2015, p.23).

Cada tema central inclui diversas questões referentes à responsabilidade social. A justificativa pela quantidade de questões envolvidas é que a responsabilidade social é dinâmica e reflete os interesses econômicos, ambientais e sociais. É fundamental que para cada tema central, a instituição identifique e aborde todas as questões que julgue ser significativa para a organização, a fim de atuar de forma objetiva e coerente com os interesses de todos os *stakeholders* envolvidos.

### 3.2 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

A Agenda Ambiental na Administração Pública é um programa concebido pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA que tem como objetivo promover as práticas sustentáveis em toda administração pública, sendo entidade federal, estadual, municipal, e ou poderes executivo, legislativo e judiciário (MMA, 2009).

A A3P é opcional – assim como a ISO 26.000 (ABNT, 2010) – e não há sanção para a entidade que não adote suas diretrizes, entretanto a adoção da A3P por entidades públicas evidencia uma evolução dos processos, melhoria na qualidade de serviço, eficiência e eficácia nas atividades públicas. Diante da preocupação latente com as práticas socioambientais, a A3P torna-se mais uma ferramenta em prol da responsabilidade social ambiental e o cenário atual, devido às catástrofes ambientais emergentes, exige uma postura governamental proativa que pratique as diretrizes sustentáveis.

Segundo dados históricos retirado do sítio do Ministério do Meio Ambiente (2009) a A3P foi concebida em 1999, entretanto somente dois anos após sua concepção foi criado oficialmente o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (2001). Reconhecida e premiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO, em 2002, como “o melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente, reconhecendo a importância do trabalho e resultados positivos após sua implantação.

Diante de sua importância a A3P passou a incorporar o Plano Plurianual – PPA de 2004 a 2011 como ação integrante do programa de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, tornando-a referência em sustentabilidade nas atividades públicas (MMA, 2016).

Após a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente, em 2007, a A3P passou a fazer parte do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental - DCRS, da Secretária de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC e em 2008 o MMA publicou a Portaria nº 61/08, que “estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas” e Portaria nº 217/08, que institui o “Comitê de Implementação da A3P no Ministério do Meio Ambiente” (MMA, 2016).

Em 2015 a A3P integra no Departamento de Produção e Consumo Sustentável – DPCS e em 2019, após a reformulação do MMA a coordenação do A3P é vinculada ao Departamento de Documentação – DPRO da Secretaria de Ecoturismo – SEEC (MMA, 2019).

A A3P resiste a mais de 20 anos e dissemina a cultura da responsabilidade socioambiental e diante disso esta demonstra ser a metodologia mais eficaz na sensibilização sobre as questões socioambientais na gestão pública, incentivando a incorporação da sustentabilidade nas atividades rotineiras das instituições. Além deste principal objetivo a A3P trás indiretamente consigo outros objetivos, sendo:

- a) sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- b) promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais;
- c) reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- d) contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública;
- e) contribuir para a melhoria da qualidade de vida (MMA, 2016, p.9).

Concebida com base em seis eixos temáticos, com o propósito de alcançar os objetivos almejados, tais eixos são:

- a) usar de forma racional os recursos naturais e bens públicos: princípio da reduzir, racionalidade e economicidade de todos os insumos inclusive, matérias de escritórios, água, luz, copos plásticos, etc.;
- b) gerir de forma adequada os resíduos: baseado no princípio dos 5R's, Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar, ou seja, combater o desperdício e efetuar a destinação correta dos resíduos gerados. Em complemento a este eixo, podemos citar a Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- c) qualidade de vida no ambiente de trabalho: busca o bem estar do colaborador, através de desenvolvimento pessoal e profissional, ouvir

seus anseios e proporcionar um ambiente limpo, estável e satisfatórios para a realização das atividades desempenhadas na organização;

d) sensibilizar e capacitar os colaboradores: proporcionar oportunidades que visem qualidade no serviço prestado e sensibilizar o colaborador nas questões socioambientais.

e) licitar de forma sustentável: efetuar compras de fornecedores e produtos que enaltecem a sustentabilidade visando custo/benefício a médio ou longo prazo;

f) construir de forma sustentável: edificações devem atender diretrizes socioambientais, redução do desperdício, eficiência na utilização de matérias, e preferencia em produtos ecologicamente correto (MMA, 2016, p.10-11).

Toda ação inovadora inicia a partir da inquietação de uma ou mais pessoas, e a responsabilidade social empresarial exige ações colaborativas da instituição e de seus colaboradores, demandando união, cooperação e esforço mútuo. A aplicabilidade da A3P foi elaborada para instituições administrativas públicas, independente da esfera governamental, e sua adoção pode ser realizada através do Termo de Adesão, que formaliza o compromisso da instituição em adotar as diretrizes da A3P, exercendo ações socioambientais e gestão transparente. Outra forma de aderir a agenda é através da Rede A3P, que viabiliza a troca de informações e experiências entre as instituições a fim de promover e disseminar o conhecimento no que diz respeito sobre os temas relevantes a Agenda (MMA, 2016);

Conforme a Cartilha “Como Implantar a A3P”, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (2016) a metodologia para implantar a A3P está dividida em cinco etapas, sendo todos obrigatórios pela instituição que tem como objetivo aderir o Programa. Primeiramente deve-se criar uma comissão gestora responsável pela implantação, tal comissão ficará encarregada de sensibilizar os gestores e a instituição, planejar e monitorar a evolução do programa. Após a consolidação da comissão gestora, deve-se realizar um diagnóstico da instituição almejada, ou seja, averiguar qual a real situação em que a instituição se encontra referente às questões socioambientais. A partir da averiguação será

possível planejar quais medidas serão acionadas de acordo com a necessidade da instituição, ou seja, o segundo passo irá direcionar as medidas a serem implantadas. Em terceira fase, consiste em elaborar um Programa de Gestão Socioambiental contendo os objetivos, ações, metas e indicadores. A fase seguinte deve promover a mobilização e sensibilização dos *stakeholders*, para que ocorra a efetiva implantação, é fundamental que a instituição esteja engajada no programa e para isso é importante realizar campanhas educativas, cursos, entre outros meios de divulgação. E a última etapa do processo consiste em avaliar e monitorar o desempenho da instituição nas questões socioambientais com intuito de corrigir e aperfeiçoar futuros desvios.

A A3P demonstra ser um programa efetivo para a realização de atividades de responsabilidade socioambientais devido ao seu caráter governamental, leis ambientais sólidas, legitimidade pública conciliado com o apelo social e mercadológico que favorece a implantação e a mudança cultural ligada a ações sustentáveis.

### **3.1 Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial**

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial são uma ferramenta que materializa os princípios referentes aos conceitos socioambientais e fornece dados para que as instituições possam incorporar ou melhorar o desenvolvimento sustentável e tem como foco medir o grau de envolvimento da companhia com os conceitos de sustentabilidade. O Instituto Ethos elabora periodicamente os indicadores através da troca de conhecimento em uma plataforma *multistakeholder* e disponibiliza-os no meio eletrônico de forma consolidada, a fim de promover a sinergia entre a companhia, meio ambiente, colaborador, sociedade, parceiros, fornecedores, entre outros. O conhecimento adquirido alinhado com as tendências nacional e internacional serve de base para que as instituições possam potencializar a gestão o diagnóstico e o planejamento das práticas de RSE (ETHOS, 2020).

[...] os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, os quais representam o esforço do Instituto Ethos em oferecer às empresas uma ferramenta que as auxilie no processo de aprofundamento do seu comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Estruturados em forma de questionário, os Indicadores Ethos são um excelente instrumento de conscientização, aprendizado e monitoramento da responsabilidade social empresarial (ETHOS, 2020).

O questionário dos Indicadores Ethos é integrado com as principais ferramentas existentes no mercado no que se refere à gestão, metodologia, iniciativas em RSE, sustentabilidade baseada na ISO 26.000 (ABNT, 2010) e foi estruturado em sete assuntos para que a companhia possa estudar cada um de forma individual e verificar como o tema em estudo pode ser explorado. Cada assunto foi subdividido em um conjunto de indicadores específicos ao tema de estudo e foram elaboradas uma série de questões a fim de verificar a verdadeira situação da companhia naquela determinada situação, sendo, as respostas das questões só podem ser “verdadeira” ou “falsa”, havendo apenas uma resposta, verdadeiro ou falso, foi elaborado também questões quantitativas que orientam o desempenho empresarial. A Figura 8 representa de forma hierárquica os temas de estudo elaborado pelo Instituto Ethos (CUSTODIO; MOYA, 2007).

Figura 8 - Temas dos Indicadores Ethos



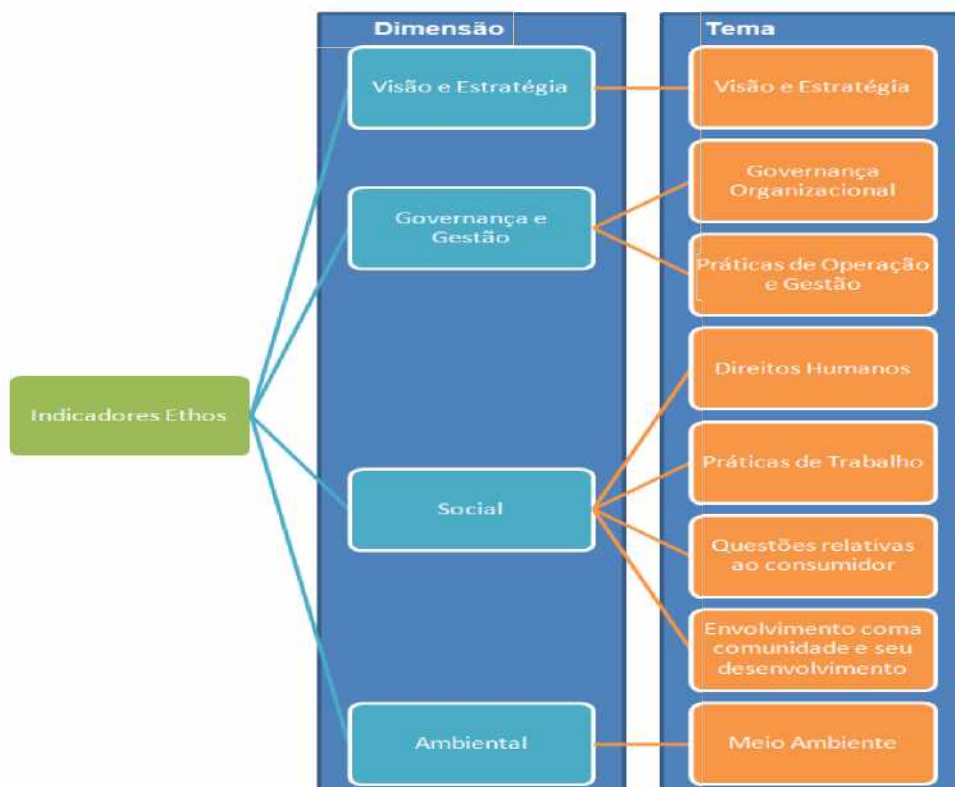
Fonte: Souza (2006, p. 104)

Entretanto, com a evolução das questões socioambientais, o Instituto Ethos reformulou as dimensões e a organização do questionário, mantendo como inspiração a ISO 26.000 (ABNT, 2010), ficando com as seguintes divisões, Dimensão, Tema, Subtema e finalizando em Indicadores, conforme apresentado na Figura 9. O conteúdo dos indicadores foi mantido como forma de preservar o aprendizado. A fim também de englobar o maior

número de empresas, os Indicadores passam a considerar os diferentes níveis de maturidade das instituições dentro das questões de RSE, agora podendo ser classificadas em:

- a) básica: a instituição possui uma visão mais panorâmica sobre os temas tratados nas diferentes dimensões;
- b) essencial: representa instituições que atendem a agenda mínima da RSE;
- c) ampla: instituições que atendem os desdobramentos da agenda mínima da RSE;
- d) abrangente: relaciona a evolução da instituição com suas ações de RSE (ETHOS, 2013, p.10).

Figura 9 - Dimensões dos Indicadores Ethos



Fonte: Elaboração própria com base em Ethos (2013, p. 14)

A Dimensão/ Tema Visão e Estratégica têm por finalidade analisar a base da instituição que é definida durante o planejamento estratégico e deve ser claro e validado pela instituição. Recomenda-se que ambas, visão e

estratégia, contenham atributos sobre sustentabilidade e estes devem estar presentes nos produtos e serviços ofertados pela organização (ETHOS, 2013).

A Dimensão Governança e Gestão é dividida em dois temas, sendo a Governança Organizacional que serve de base para orientar a instituição a estruturar a gestão com visão nas questões de RSE, e o tema Práticas de Operação e Gestão que tem por finalidade responder aos anseios da sociedade civil que acompanham as ações das instituições. Social, dimensão que engloba os temas referentes a Direitos Humanos, práticas de trabalho, questões relativas ao consumidor e envolvimento com a comunidade e seu desenvolvimento que por finalidade estudar os impactos que as atividades realizadas pela instituição causam na sociedade como um todo (ETHOS, 2013).

Por fim, a Dimensão Ambiental que também possui um único tema, o meio ambiente analisa questões sobre mudança climática, impactos no ecossistema e nas biodiversidades do planeta causados pela degradação ambiental (ETHOS, 2013).

O modelo de Indicadores Ethos de Responsabilidade Social dentre os estudados foi o que demonstrou ser o mais abrangente devido seu método de avaliação, analisa as questões de profundidade, binária e quantitativa que estuda a abrangência e profundidade, e o quantitativo de informações geradas dão base para a produção de relatórios que auxiliam as instituições a incorporarem as práticas de responsabilidade social empresarial e definir metas para o aperfeiçoamento da mesma.

### **3.2 Desafios da responsabilidade social empresarial**

É latente a preocupação com as questões sociais e ambientais no mercado econômico e a inserção desses temas no negócio da companhia torna-se inevitável. Atualmente é incomum a companhia não possuir princípios socioambientais, que vão desde descartes seletivos a campanhas solidárias. Entretanto, a maior dificuldade é centralizar os princípios diante da pluralidade existente e incorporá-los nos resultados empresariais de maneira que sejam

percebidos nos processos da instituição, com isso surgem os desafios da abordagem socioambiental (SMITH, 2020).

Melo Neto e Froes (2001) relatam também que a maior dificuldade que as companhias encontram é o gerenciamento eficiente e eficaz das ações socioambientais.

Ruth Cardoso (2000) foi antropóloga, professora universitária, pesquisadora, fundadora e Presidente do Conselho da Comunidade Solidária (1995 – 2002) relata as principais dificuldades de gerir a RSE:

- a) acompanhar e avaliar as atividades empenhadas pela companhia;
- b) buscar objetivos externo a companhia;
- c) identificar problemas sociais e priorizá-los;
- d) identificar oportunidades e campo de atuação;
- e) identificar alternativas de investimento social;
- f) apresentar soluções inovadoras;
- g) mensurar retornos positivos para a sociedade;
- h) eficácia e eficiência nos projetos sociais;
- i) encontrar parcerias;
- j) incorporar ações socioambientais na cultura da instituição (MMA,

2016, p. 11).

Para transpor as barreiras supracitadas a instituição deve mudar o paradigma gerencial e Melo Neto e Froes (2001) recomendam como solução a realização do planejamento de forma adequada, e destaca que o atendimento a comunidades deve focar em regiões fora geograficamente, ou seja, distantes das instalações da companhia, uma vez que grandes companhias estão situadas em regiões nobres e estas comunidades pouco precisam de ajuda. Os problemas urgentes devem ser priorizados, a exemplo, regiões alagadas e ou com deslizamento de terra, onde gera alto numero de desabrigados e necessitados. Deve-se buscar por soluções inovadoras e oportunidades de investimentos sociais, obter soluções padronizadas, realizar monitoramento e avaliação, elaborar relatórios gerencias contendo dados referentes aos retornos obtidos, estimular uso de parcerias e por fim transformar o comportamento sustentável em conhecimento tácito.

Se os problemas de gestão são muitos é porque as dificuldades são grandes. Mas não há nada que uma gestão eficiente e eficaz não possa resolver. O que falta às empresas é uma prática gerencial bem estruturada, inovadora e condizente com as demandas sociais de hoje (MELO NETO; FROES, 2001, p. 79).

Borges (2013) destaca também como desafio da RSE é após sua implantação, manter ações contínuas dentro da instituição, uma vez que as mesmas não são estáticas e evoluem com o tempo, as necessidades e tendências mundiais, sendo o que é favorável para uma comunidade ou instituição hoje pode ser deficiente a longo e médio prazo. Antes que os produtos e serviços estejam no tempo deve-se criar e buscar novas oportunidades, treinar novos líderes a fim de buscar manter as tendências sustentáveis de mercado.

Alguns documentos analisados por Borges (2014) também trouxeram limitações sobre os impactos socioambientais desde que esses não sejam analisados de forma sistêmica, ou seja, a preocupação ocorre somente em situações imediatistas, deixam de fora do escopo situações impactantes de longo prazo além de ter que conciliar as ações da instituição com as atividades de RSE que visa a preservação dos recursos naturais e não somente os valores econômicos. Logo, o desafio é global dentro da instituição, fora dela, abordar todos os setores e gerar mudança nos produtos, processos, hábitos, cultura a fim de unificar o crescimento populacional, aumento de consumo e escassez dos recursos naturais.

Tavelin (2011) listou dez desafios da gestão sustentável sendo o primeiro é "*encarar os grandes temas*", o seja, a dificuldade por onde começar, e para responder essa pergunta primeiro deve-se avaliar o que a instituição está fazendo para lidar com os grandes temas socioambientais a partir dessa análise é possível verificar as possibilidades de atuação, "*... a empresa deve olhar para sua própria realidade – o tamanho de sua responsabilidade é exatamente proporcional ao tamanho dos impactos gerados [...]*", essa afirmação atenta para o tamanho da responsabilidade das instituições perante suas ações.

O segundo desafio listado por Tavelin (2011) é "*concentrar-se no core business*", expandir o campo de atuação, e não ficar somente limitado a

ações de projetos sociais é atuar além das medidas paliativas e focar nos desafios socioambientais, fazer a diferença de forma concreta e impactar positivamente o governo o setor de atuação e a sociedade.

Em terceiro lugar, Tavelin (2011) cita “*entregar valor ao cliente*”, ou seja, agregar valor aos produtos e serviço, e esse valor agregado tem que estar em conformidade com o valor do indivíduo. Dentro desse princípio, surgem oportunidades de negócio onde a criatividade, soluções eficientes, preocupação socioambiental deixou de ser uma opção e passou a ser imperativo. Para atender esse desejo individual do cliente os produtos socioambientais têm que satisfazer em todos os vetores, a exemplo o produto orgânico, esse preserva o meio ambiente, por não conter agrotóxico e faz bem a saúde do consumidor.

Na quarta posição da lista de Tavelin (2011) está “*Inserir a sustentabilidade na estratégia de negócio*”, ou seja, incorporar questões socioambientais na estratégia da instituição não é uma tarefa trivial, mas essencial. Desta forma as instituições devem estar atentas as oportunidades emergentes de negócio e utilizar as tendências inovadoras para gerar agentes transformadores para a sociedade. A conscientização interna e externa da instituição colabora para a disseminação dos conceitos e ações socioambientais.

O pensamento amplo, “fora da caixa” consta na quinta posição, ou seja, “pensar o todo e não a parte”, tal questão não está presente somente nos conceitos socioambientais, mas também está em qualquer processo evolutivo da vida, seja ela empresarial ou não. Tavelin (2011) destaca que esse tema colabora com o desenvolvimento de novos produtos e serviços, melhora os processo e contribui de forma efetiva a sociedade.

Não basta fazer promessa ou glorificar pequenas ações, deve-se “sustentar o discurso na prática”, tendo a comunicação como principal aliada na visibilidade do comportamento socioambiental de uma instituição. Muitas organizações utilizam de fachada campos repletos de flores ou relatam estórias que não condizem com a realidade ou até mesmo, mascaram seus produtos expondo cores mais limpas e claras, refletindo a produção sustentável, mas

qual é o grau de fidedignidade dessas informações. A inserção da cultura sustentável requer mais do que palavras e imagens (TAVELIN, 2011).

Correlacionada ao tema anterior a sétima posição continua tratando sobre comunicação, mas antes de externar os princípios da sustentabilidade a instituição deve " contar primeiro aos funcionários" a fim de inserir o tema na estratégia e trabalhá-lo internamente. Quando há engajamento dentro da instituição o desenvolvimento do negócio sustentável é mais efetivo. A próxima posição também está relacionada ao tema anterior, onde não basta o engajamento interno deve-se buscar "*engajar stakeholders*", onde, havendo interesse de diversos públicos os efeitos serão sentidos em curto prazo (TAVELIN, 2011).

Em nono lugar Tavelin (2011) consolida todos os temas tratados até aqui, ou seja, "romper com a inércia", definir valores, objetivos, projetos, metas visão de futuro, ter uma liderança engajada e mudar a forma de pensar sobre os negócios. Não existe fórmula do sucesso mas trabalhando com esses princípios a transformação esperada virá beneficiando instituição e sociedade.

E em última posição e não menos importante, "envolver e formar líderes", tal tema foi tratado por Borges (2013), e agora se repete na lista dos dez desafios da gestão sustentável nas empresas, elaborada por Tavelin (2011), no qual "o desafio está em como as empresas identificam, preparam, envolvem e mobilizam esses novos líderes", a mudança não ocorre sozinha se não houver uma ação efetiva dentro das instituições.

Alinhar os diferentes e vastos interesses entre a companhia e a sociedade, onde cada parte espera que as decisões estejam alinhadas com seus objetivos demonstra ser um obstáculo para a incorporação da RSE, entretanto a literatura apresenta que se houver uma transparência nas ações com pleno gerenciamento, ambas as partes podem se beneficiar e desenvolver, onde companhias poderão gerar riqueza de forma sustentável, sociedade se desenvolve e os clientes usufruírem de produtos seguros e de qualidade.

O capítulo a seguir descreve um pouco da história da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE e seus princípios e analisa se estes estão orientados com a RSE.

#### 4 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PRODEMGE

A primeira iniciativa do governo estadual para a reforma e modernização dos seus processos administrativos e adoção de recursos computacionais foi através da assinatura de convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1966. O objetivo era promover a melhoria dos padrões de eficiência dos serviços, melhorar a produtividade do instrumental tributário e fomentar o desenvolvimento econômico e social de Minas Gerais (PRODEMGE, 2007).

Em 1967, a Lei nº 4.691, de 19 de dezembro de 1967, determinou a criação do Centro de Processamento de Dados - Cepro, vinculado à Secretaria da Fazenda, que se transformou no Escritório Técnico de Racionalização Administrativa – Etra e posteriormente na Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais - Prodemge. A evolução tecnológica e dos processos de gestão exigiu a adequação da sua razão social, que em 2004 passou a ser Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE, 2007).

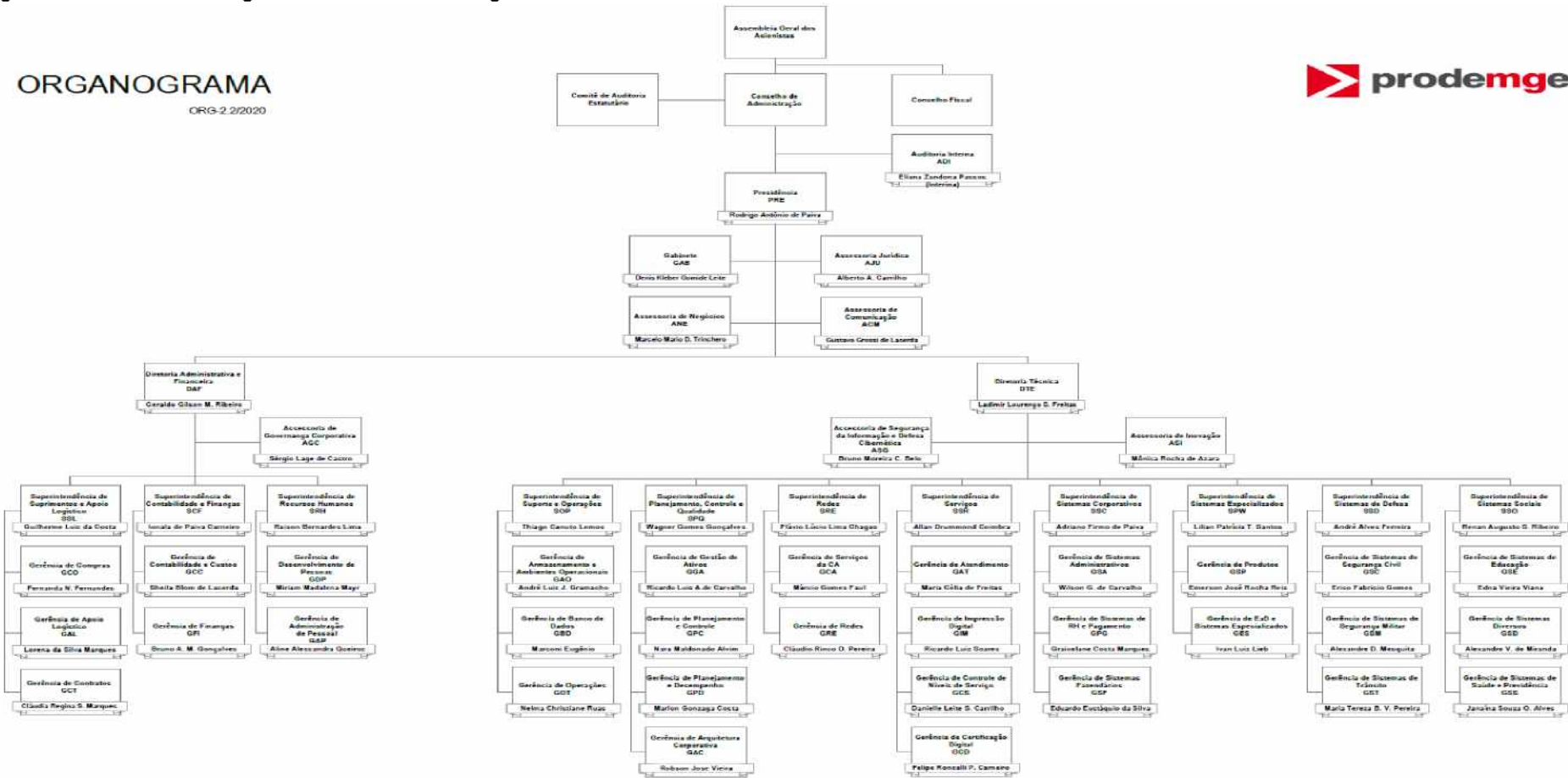
Em Minas e no Brasil, a Prodemge atua como protagonista dessa história, balizada pelo investimento dos clientes na modernização de sua infraestrutura tecnológica, na revisão de seus processos e no atendimento às demandas de diversos segmentos de público.

A Prodemge (2020) é uma empresa pública de economia mista do Governo de Minas Gerais que presta serviços relacionados a tecnologia da informação, como criação e manutenção de sites e sistemas, hospedagem, entre outros, visando a modernização do setor público. Possui um compromisso que se reflete no engajamento permanente de seu capital intelectual e de sua infraestrutura tecnológica na informatização da administração pública estadual.

Composta por 961 colaboradores que ocupam diversos cargos dentro da estrutura organizacional conforme mostrado na Figura 10, que são distribuídos entre Presidente, Diretores, Assessores, Superintendentes, Gerentes, Supervisores, Assistentes de Tecnologia, Analistas, Técnicos entre outros.

Figura 10 - Estrutura Organizacional - Prodemge

**ORGANOGRAMA**  
ORG-2.2/2020



Fonte: Prodemge (2020)

Por meio de seus produtos e serviços, a Prodemge (2020) auxilia órgãos e entidades do governo de Minas a prestarem serviços cada vez mais eficientes aos cidadãos mineiros. Seja nas áreas de saúde, educação, segurança, trânsito, meio ambiente, gestão, finanças, cultura, turismo, agricultura, desenvolvimento econômico, justiça e outras e é fundamental que seus valores sejam condizentes com os ideais da Companhia, conforme apresenta no próximo tópico.

#### **4.1 Missão, Visão e Valores**

Abaixo são listados a missão, visão, valores assim como os princípios da Companhia.

##### **4.1.1 Missão**

Prover o estado de Minas Gerais com as melhores e mais eficientes soluções de Tecnologia da Informação - TI para o benefício do cidadão.

##### **4.1.2 Visão**

Ser protagonista do processo de transformação digital do estado de Minas Gerais, consolidando-se como inteligência de TI na gestão pública até 2022.

##### **4.1.3 Valores**

Qualidade, integridade, comprometimento, meritocracia, foco no resultado e inovação.

#### **4.2 Princípios:**

a) equidade: tratamento equitativo para com todas as partes interessadas;

b) prestação de contas: visibilidade, comprometimento e assunção de responsabilidade sobre as decisões tomadas e atividades executadas por qualquer membro da organização;

c) transparência: proatividade, tempestividade, completude e adequação no fornecimento de todas as informações relevantes e desejadas por quem afeta e é afetado pelos negócios e operações da Prodemge;

d) responsabilidade corporativa: todos devem zelar pela longevidade e sustentabilidade da Companhia;

e) segurança e privacidade: serviços públicos digitais devem propiciar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dos dados e informações, além de proteger o sigilo e a privacidade na forma da legislação (PRODEMGE, 2020).

Assim, a Prodemge é a Empresa responsável, no Estado de Minas Gerais, pelas soluções tecnológicas que estão presentes na administração pública estadual. É uma empresa que trabalha então com itens (equipamentos) que muitas vezes podem ficar obsoletos, sendo ainda mais importante uma gestão sustentável por parte da Companhia. Embora realize algumas ações pontuais (campanha do agasalho, ajuda a pessoas em situação de desastre natural etc.) não se tem clareza sobre nenhum programa de responsabilidade social e ambiental por parte da Companhia, o que se tenciona, então, verificar na pesquisa do trabalho.

Já em seus princípios ela apresenta a responsabilidade corporativa, de forma a garantir a sustentabilidade da Companhia. Entretanto, não há nenhuma informação mais detalhada de como seria na prática a responsabilidade corporativa. A partir disso, então, foi necessário a aplicação de uma pesquisa para definir se os parâmetros definidos na literatura como responsabilidade corporativa são também aplicados na Prodemge.

Desta forma, após a apresentação da Companhia em estudo, os próximos passos dessa obra será descrever a metodologia abordada para a realização da pesquisa.

## 5 METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica, documental, realizada em periódicos, livros, sítios e artigos, foi possível delimitar o problema de pesquisa, e elaborar uma base conceitual sólida capaz de fornecer informações suficientes para a elaboração do método de coleta de dados. Diante disso, a pesquisa buscou, através do método de Estudo de Caso, levantar a atual situação da Prodemge, no que se refere às questões da RSE, com base na percepção de seus colaboradores.

Para isso, foi elaborado e distribuído, a toda Companhia, um questionário que levou em consideração as diretrizes de elaboração do diagnóstico para implantação da A3P (MMA, 2016). Conforme orientações da A3P o questionário é um dos passos para a elaboração do diagnóstico servindo como auxílio para analisar como as pessoas que trabalham na instituição percebem as ações adotadas na área socioambiental e compreender a atual situação da empresa.

A A3P orienta também que só a aplicação do questionário não é suficiente para realizar o diagnóstico da real situação da empresa é preciso levantar informações como dados de consumo de água, energia, papel, entre outros. Entretanto a pesquisa se limitará somente na percepção dos colaboradores devido a complexidade de buscar informações financeiras da Companhia.

A pesquisa teve como base a abordagem de Estudo de Caso, pois segundo Gil (2010) pesquisas desse gênero tem como objetivo, explorar casos reais preservando ao máximo o caráter unitário da condição estudada, apresentar o contexto de investigação e explicar a causalidade de determinado comportamento ou fenômeno. Desta forma o estudo será delimitado conforme a realidade da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge o que justifica a adoção dessa tipologia.

### 5.1 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

A coleta de dados foi realizada durante todo o mês de abril de 2020, ou seja, se utilizou pesquisa de natureza quantitativa e foi coletada a percepção de 280 entrevistados em um universo de 961 colaboradores. Assim, a 95% de significância o erro amostral foi de 4,9%, margem de erro aceitável para pesquisas quantitativas da área de ciências sociais (erro máximo aceitável é de 7%). O questionário foi aplicado por meio eletrônico, com o intuito de generalizar as informações a partir de uma amostra da população. Com isso, foi efetuado um levantamento de dados dentro da Prodemge orientada por blocos temáticos de perguntas, ordenadas conforme os seis eixos temáticos da A3P que são norteadas pela lógica científica de forma semi-estruturada contendo questões fechadas, ou seja, de múltipla escolha, com opção de inserção de comentários por parte do respondente e em casos oportunos também foi realizado entrevistas pontuais.

Conforme orientado por Silvia e Menezes (2001) um questionário deverá conter perguntas lógicas, bem elaboradas, a fim de evitar dupla interpretação e ou sugerir respostas onde cada pergunta deverá focar em apenas uma única questão e todas devem ser coerentes com o tema e objetivo da pesquisa.

A decisão de aplicar a este projeto o método de coleta de dados quantitativo veio por meio dos estudos realizados por Creswell (2007) que relata o levantamento de informações como uma forma de gerar uma descrição numérica de tendências, atitudes e opiniões de uma população ao se estudar uma amostra desta. A partir dessa amostragem pode-se fazer alegações acerca da população, com isso a metodologia quantitativa de levantamento de dados demonstrou ser a ideal para a condução dessa pesquisa o que agrega maior qualidade e assertividade da informação.

Creswell (2007) destaca que os procedimentos de coleta de dados quantitativos têm suas vantagens (aplicação simples; confiabilidade nos dados, uma vez que as questões serão limitadas em alternativas; fácil codificação, análise e interpretação dos dados; fácil codificação, análise e interpretação dos dados) e desvantagens (os respondentes podem ser incapazes de responder as questões propostas; dificuldade na formulação do questionário; problema de validade e confiabilidade dos dados).

## 5.2 Construção do questionário semiestruturado

As questões foram construídas como semiestruturadas (perguntas fechadas e com opção de inserção de comentários), a partir do documento desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente (2016) que instrui como elaborar o diagnóstico para a implantação da A3P. Elas são desagregadas nos seguintes temas: levantamento do consumo de recursos naturais, levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela Companhia, levantamento de obras realizadas, levantamento de práticas de desfazimento, levantamento de práticas ambientais existentes com foco no descarte de materiais, e levantamento de necessidade de capacitação.

A A3P (MMA, 2016) destaca que cada instituição possui peculiaridades e áreas de atuação diferentes, um mesmo questionário pode não se adequar a toda e qualquer instituição. É preciso considerar as especificidades da instituição. Diante disso a pesquisa será orientada para a realidade da Prodemge utilizando questões que se encaixem no dia a dia do colaborado.

O primeiro grupo de variáveis analíticas, **consumo dos recursos naturais** teve como escopo analisar o comportamento da Companhia no que se refere ao gerenciamento dos aspectos ambientais, e para isso, foi verificado a forma como é consumido e utilizado os principais recursos naturais, sendo, água (m<sup>3</sup>), energia elétrica (kwh), papel (folhas), copo descartável (unidade), fomentando dados para a análise dos impactos ambientais (MMA, 2016).

O segundo grupo tratará as variáveis referentes aos **principais bens adquiridos e serviços contratados**, que tem por objetivo analisar a existência de práticas ambientais no processo licitatório, esse grupo consiste em analisar os principais bens adquiridos, a quantidade, gastos e se a Companhia utiliza critérios de sustentabilidade nos serviços contratados, como exemplo papel (folhas), Impressoras e computadores (unidade), ar condicionado (unidade), entre outros (MMA, 2016).

Rêgo; Pimenta e Saraiva (2011) exemplificam como critérios de sustentabilidade nos serviços e produtos é a contratação e ou aquisição de produtos e serviços que contenha o selo do Programa de Conservação de

Energia elétrica - Procel que mede a eficiência energética de equipamentos elétricos.

O terceiro eixo temático da A3P avalia as **obras realizadas**, identificando quais obras foram realizadas, se atenderam os critérios de sustentabilidade e averiguar a real necessidade da obra, para isso foi pesquisado os critérios adotados durante a realização de obras na Companhia.

Os ativos imobilizados tentem a obsolescência ao passar de tempo e ativos informatizados depreciam em menor tempo, devido às novas tecnologias que surgem em uma linha cronológica curta, segundo o sitio Portal e Educação (2020) a taxa de depreciação de computadores e laptops é de 20% ao ano. Isso em uma instituição que tem como atividade fim prover soluções em tecnologia da informação gera uma alta rotatividade de seus ativos e o quarto grupo de variáveis estudado é a **prática de desfazimento adotado pela instituição** que identifica os bens inutilizados/obsoletos, qual foi o destino ou se há bens sem destinação, dentre esses bens incluem impressoras, computadores, aparelhos telefônicos e outros (MMA, 2016).

Outro fator pesquisado é o **levantamento de práticas ambientais** que engloba o quinto grupo de estudo. Identifica as ações já adotadas, por exemplo:

- a) utiliza papel reciclado ou não clorado?;
- b) imprime frente-verso como padrão?;
- c) promove campanhas de conscientização?;
- d) desliga luzes na hora do almoço?;
- e) utiliza equipamentos hidráulicos eficientes?;
- f) disponibiliza copos permanentes para todos os servidores?;
- g) realiza coleta seletiva solidária?;
- h) realiza descarte correto de resíduos perigosos?;e
- i) implanta programa de prevenção de riscos ambientais? (MMA,

2016).

O último grupo de estudo, listado nos eixos temáticos da A3P (MMA,2016) é o **levantamento de necessidade de capacitação** que avalia a sensibilização e a capacitação dos colaboradores, a partir desse tema, é abordado as demandas de capacitação da instituição, demandas voltadas a

gestão ambiental, áreas e colaboradores interessados pelas questões socioambientais, tal dado, fomenta estatisticamente o número de colaboradores interessados nos princípios da Agenda Ambiental na Administração Pública- A3P.

Após a apresentação da tipologia e a descrição geral dos métodos de pesquisa o próximo tópico visa abordar o detalhe de como será realizado o processo de seleção da população.

### **5.3 População e amostra**

Conforme o último relatório mensal emitido no dia 29 de fevereiro de 2020 e retirado do Portal da Transparência da Prodemge a Companhia, em estudo, possui 961 colaboradores ativos e para o sucesso dessa pesquisa primeiramente foi delimitado um campo amostral de 95% de grau de confiabilidade, ou seja, coletou um valor igual a 280 (duzentos e oitenta) questionários respondidos dentro de um período de 30 dias, do dia 01 a 30 de abril. Como se obteve 280 questionários respondidos a margem de erro da pesquisa ficou estabelecida em torno de 4,9%.

Os atores ou população é composta por colaboradores que possuam uma matrícula dentro da Companhia, ou seja, a unidade amostral é o corpo funcional da Prodemge, e conforme as técnicas de procedimento de coleta de dados relatadas por Creswell (2007) é importante estabelecer uma estratégia de amostragem e uma técnica para validação dos dados envolvendo, sempre que possível, uma amostragem aleatória, de forma que cada colaborador tenha a mesma probabilidade de ser selecionado e a amostra possa ser generalizada para uma população maior.

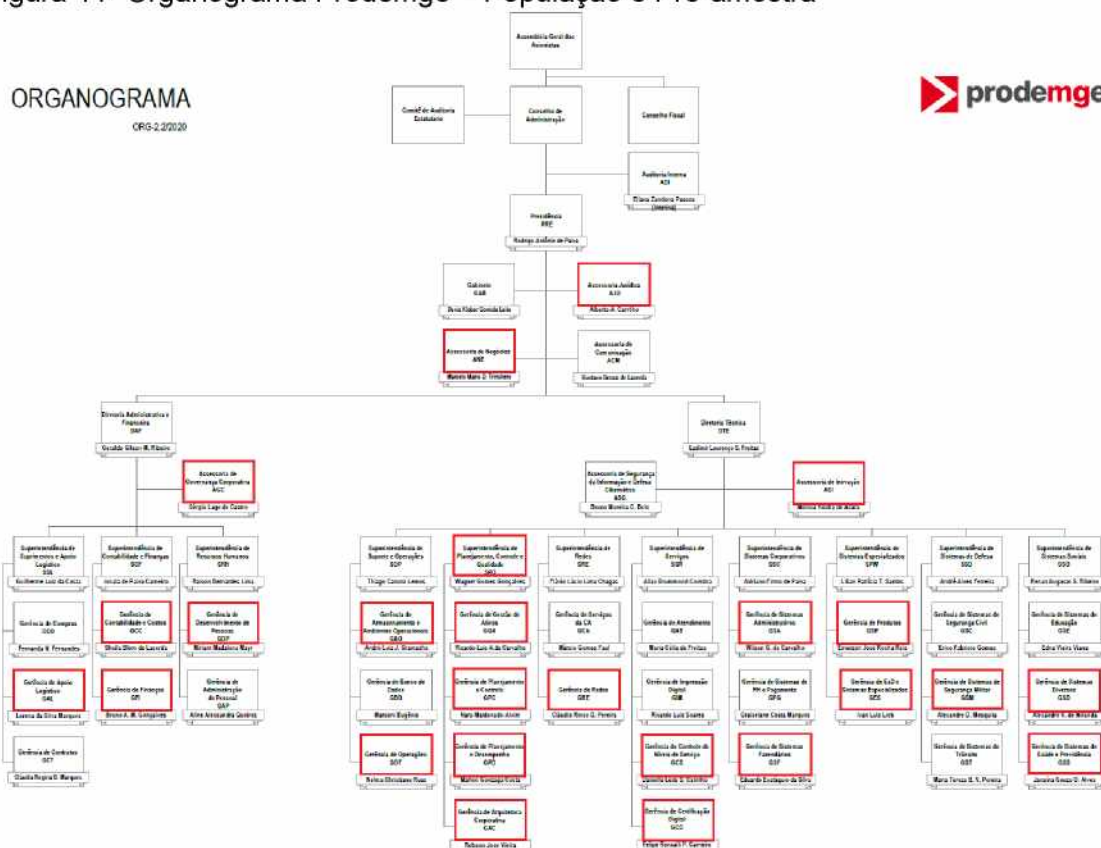
Com base na técnica de procedimentos de coleta de dados e campo amostral de Creswell (2007) os questionários foram enviados para 14 colaboradores que participaram do curso de especialização em Administração Pública: Planejamento e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro com o intuito de realizar uma pré-amostragem ou pré-teste, verificando se é de fácil assimilação por parte dos respondentes e analisar se não existe ambigüidade no mesmo. Esse grupo amostral representa 5% de toda a amostra necessária para a realização da pesquisa.

O grupo pré-amostal é diversificado, conforme destacado em vermelho na Figura 11 e detalhado no Quadro 5. Tal grupo presta serviços em diversas gerências da Companhia o que apresenta ser um campo pré-amostal abrangente, pois estão presentes em 64.5% do corpo gerencial, que é dividida em duas Diretorias, onze Superintendências e sete Assessorias. E o pré-teste compõe 57,14% de toda a Assessoria da Prodemge. Entende-se que esse procedimento experimental fomentou uma pesquisa eficiente, eficaz e de qualidade.

Também é importante ressaltar que essa técnica de amostragem é importante, pois o assunto sustentabilidade nunca foi explorado dentro da Companhia, logo se trata de um assunto inovador, e delimitar o foco de estudo pode proporcionar no futuro novas ações sustentáveis dentro da Companhia.

Por fim, a próxima abordagem tratará sobre a estratégia e métodos adotados para efetivar a coleta de dados, conforme tópico abaixo.

Figura 11- Organograma Prodemge – População e Pré-amostra



Fonte: Elaboração própria com base em Prodemge (2020)

Quadro 5- Área de atuação do pré-teste

<b>Diretoria</b>	<b>Superintendência</b>	<b>Gerência</b>
Presidência	-	Assessoria jurídica
	-	Assessoria de negócios
Diretoria administrativa e financeira	Superintendência de contabilidade e finanças	Gerência de finanças
	-	Assessoria de governança corporativa
	Superintendência de suprimentos e apoio logístico	Gerência de apoio logístico
	Superintendência de contabilidade e finanças	Gerência de contabilidade e custos
	Superintendência de recursos humanos	Gerência de desenvolvimento de pessoas
Diretoria técnica	Superintendência de sistemas de defesa	Gerência de sistemas de segurança militar
	Superintendência de serviços	Gerência de certificação digital
		Gerência de controle de nível de serviço
		Gerência de redes
	Superintendência de sistemas corporativos	Gerência de sistemas fazendários
		Gerência de sistemas administrativos
	Superintendência de suporte e operações	Gerência de armazenamento e ambientes operacionais
	Superintendência de sistemas sociais	Gerência de operações
		Gerência de sistemas de saúde e previdência
	Superintendência de sistemas especializados	Gerência de sistemas diversos
		Gerência de produtos
	Superintendência de planejamento, controle e qualidade	-
		Gerência de arquitetura corporativa
Gerência de planejamento e controle		
Gerência de gestão de ativos		
-	Gerência de planejamento e controle	
-	Assessoria de inovação	
Superintendência de sistemas especializados	Gerência de EAD e sistemas especializados	

Fonte: Elaboração própria com base em Prodemge (2020)

#### 5.4 Processo de coleta de dados

A primeira fase da pesquisa, pré-teste, foi realizada nos dias 27 e 30 de março.

Após o processo preliminar, a segunda fase dessa pesquisa, pretendeu, durante o período de 01 a 30 de abril, conduzir a pesquisa

propriamente dita, ou seja, foi acordado junto aos gestores da Companhia, por meio telefônico e correspondência eletrônica, a autorização para a realização da pesquisa, enfatizando a importância da participação de todos os colaboradores de sua Gerência e Superintendência. Apesar de se ter acordado a aplicação da pesquisa junto aos gestores teve-se muita dificuldade para se ter retorno dos questionários, de modo que se obteve apenas 280 respostas.

Os entrevistados escolheram uma única alternativa dentro de cada questão e também poderiam inserir informações que julgassem necessária, pois segundo Creswell (2007) a coleta de dados simultânea, sendo quantitativa e qualitativa, em uma única abordagem proporciona um aumento na qualidade dos dados pois, a pesquisa contempla as vantagens de ter dados de ambas as espécies, e resulta em perspectivas de diferentes tipos de informações dentro do mesmo estudo. Entretanto, Creswell (2007) informa que a técnica concomitante de coleta de dados tem suas limitações, devido o fato de que os dados precisam ser transformados e integrados na fase de análise e a literatura pouco aborda sobre esse processo. Outro fator é a desigualdade dos dados, podendo acarretar em evidências desiguais nos resultados finais.

Além dos dados oriundos dos questionários aplicados outras fontes de dados considerada foram os documentos, notícias veiculadas por meio do portal eletrônico da instituição, observação de terceiros e entrevistas, gerando assim, conteúdo fidedigno para pesquisa, garantindo maior eficiência do processo.

### **5.5 Escala de julgamento de valor**

O meio de julgamento de valor utilizado foi a escala de Likert adaptada para três pontos, desenvolvida em 1932 nos Estados Unidos que pode variar entre 1) Concordo- C, 2) Indeciso – I, e 3) Discordo – D. A opção de utilizar a escala de Likert é a possibilidade de mensurar a intensidade de opinião a respeito das questões socioambientais e através dessa metodologia é possível combinar a matemática aplicada com a psicologia, uma vez que o tema aborda o lado social do entrevistado. Desta forma é possível promover uma profunda e lógica imersão na mente do entrevistado. Essa metodologia é

capaz de extrair *insights* qualitativos a partir de uma pergunta elaborada de forma quantitativa (DALMORO; VIEIRA, 2013).

O capítulo seguinte irá analisar e discutir os resultados obtidos através do processo de coleta de dados.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A análise dos dados foi conduzida com base nos seis eixos temáticos da A3P, ou seja, será apresentado, a seguir, os resultados obtidos sobre o uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos; melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; contratações públicas sustentáveis; e critérios utilizados para a realização de construções sustentáveis. Entretanto, antes que de adentrar nos eixos temáticos é de suma importância conhecer o perfil dos participantes, pois conforme Creswell (2007) o estudo de caso envolve uma descrição detalhada do cenário e das pessoas envolvidas.

O questionário foi aplicado a 961 colaboradores da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais – Prodemge. Como pode ser verificado na Tabela 1, os respondentes (280) mencionaram o local de trabalho, sendo estes majoritariamente da Cidade Administrativa de Minas Gerais – CAMG (74%), em relação aos que trabalham na unidade da Rua da Bahia (26%). Ainda, conforme a tabela 1, os respondentes são majoritariamente masculinos (total de 66%) em ambas as unidades.

Tabela 1 - Proporção de respondentes segundo local do trabalho principal por gênero

Gênero	Cidade Administrativa de Minas Gerais (%)	Unidade Bahia - Rua da Bahia (%)
Masculino	51	17
Feminino	23	9

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Quanto ao grau de escolaridade e a faixa etária, referente ao tempo de serviço na Prodemge, foi observado que a Companhia possui alto grau de escolaridade, onde predomina colaboradores que possuem pós-graduação (58%) e com faixa etária compreendida entre 31 a 40 anos (36%), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Proporção de respondentes segundo grau de escolaridade por faixa etária

Escolaridade	Inferior a 30 anos (%)	31 – 40 (%)	41 – 50 (%)	51 – 60 (%)	Superior a 60 anos (%)	Total (%)
2º Grau Superior incompleto	-	-	2	3	2	6
Superior completo	-	1	-	-	2	3
Pós-graduado	3	13	6	6	6	33
Mestrado	3	19	10	19	2	53
	-	3	2	-	-	5
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>36</b>	<b>20</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

A partir das tabelas apresentadas pode se concluir que o perfil dos respondentes é majoritariamente do sexo masculino, com faixa etária compreendida entre 31 a 40 anos, nível de escolaridade Pós-graduado, comumente trabalham na Cidade Administrativa de Minas Gerais – CAMG atuam como Analistas de Sistemas e trabalham na Prodemge há menos de 10 anos conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Apuração das respostas válidas segundo o tempo de serviço e cargo

Cargo / Função	Inferior a 10 anos (%)	11 – 20 (%)	21 – 30 (%)	Superior a 30 anos (%)	Total (%)
Analista de Sistemas	33	19,6	4,1	10,3	67
Assistente de Tecnologia	4,1	2,1	-	-	6,2
Assistente Organizacional	1	-	-	-	1
Executivo de Negócios	1	3,1	-	-	4,1
Gestor de Interação	1	-	-	-	1
Superintendente	1	1	-	-	2,1
Supervisor técnico	2,1	2,1	-	1	5,2
Técnico	1	7,2	-	5,2	13,4
<b>Total</b>	<b>44,2</b>	<b>35</b>	<b>4,1</b>	<b>16,5</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

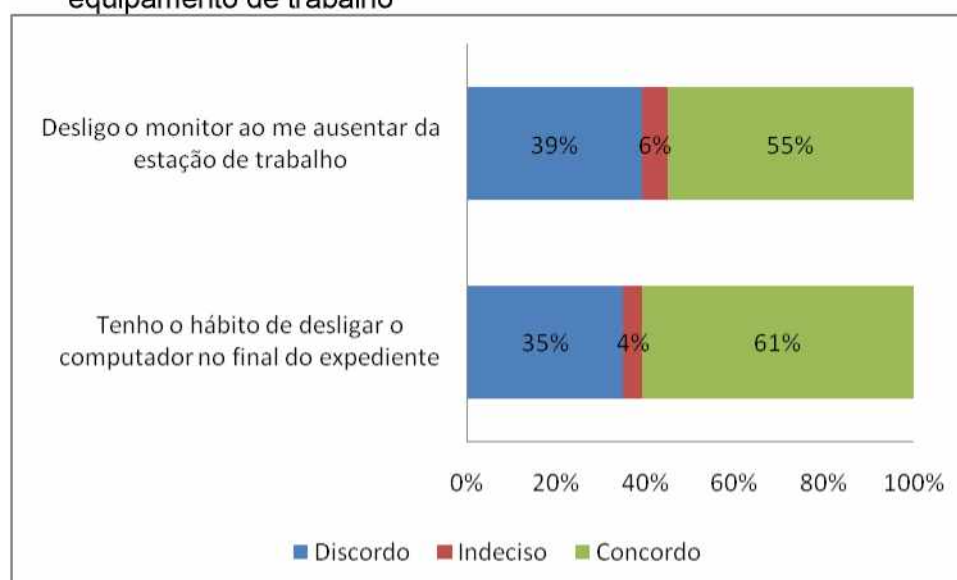
Gil (1999) destaca a importância da análise dos dados, pois a visão analítica tem como objetivo organizar, sumarizar e consolidar os dados obtidos, por meio das pesquisas e variáveis estudadas, e fomentar informações necessárias para obter as respostas do problema investigado. A partir disso, tem-se que as perguntas sobre a responsabilidade social da Companhia (múltipla escolha) no questionário eram perguntas de resposta obrigatória, de

modo que para elas se obteve respostas significativas para apresentar como percepção dos colaboradores da Prodemge.

Diante disso, as questões subsequentes visam apresentar as variáveis que captam a percepção desses colaboradores quanto ao *triple botton line* empregado pela Companhia relacionada com as recomendações da A3P.

Como tema do primeiro eixo da Agenda Ambiental na Administração Pública a etapa a seguir busca identificar o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, diante disso foi questionado sobre o hábito de desligar o computador no final do expediente, conforme pode ser analisado no Gráfico 1, e também sobre o hábito de desligar o monitor ao se ausentar da estação de trabalho.

Gráfico 1 - Apuração das respostas válidas quanto ao hábito de desligar o equipamento de trabalho



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Segundo dados informados pelo Ministério Público do Estado de Goiás – MPMGO (2020) um computador ligado durante 1 hora por dia consome aproximadamente 5,0 Kwh/mês, esse valor, contabilizado, dentro um ano, somaria um consumo a mais de 60Kwh. O hábito de desligar o computador durante o período do almoço ou reuniões, pode deixar de emitir 18Kg de CO<sub>2</sub> por pessoa na atmosfera, número equivalente a emissão de um veículo movido a gasolina durante um percurso de 120km. Outro fator importante destacado pelo MPMGO (2020) é a recomendação de desligar o monitor ao se ausentar por

mais de 15 minutos, pois o mesmo raciocínio descrito acima se aplica ao uso do monitor de vídeo.

A partir dos dados coletados dos respondentes, mais de 50% dos colaboradores tem o hábito de desligar o computador e ou monitor ao se ausentar, entretanto mais de 35% dessa população não tem o mesmo hábito, utilizando como alegação o fato de que o computador opera em modo de *stand-by* ao ficar inutilizado por um determinado período e alegando também a necessidade de acesso remoto.

Outra informação averiguada é o consumo de papel A4 e Toner de impressão, por meio da questão: Evito imprimir e sempre opto pelo meio digital (vide Gráfico 2). Segundo o MMA (2005) durante a produção de papel, o processo de branqueamento que utiliza cloro, é extremamente nocivo ao meio ambiente, a alternativa sustentável é utilizar o peróxido de hidrogênio, entretanto são poucas as empresas que utilizam esse processo. Os toneres de impressão além de consumir papel, também são extremamente nocivos ao meio ambiente devido a sua produção ser semelhante ao do papel. Logo o melhor processo sustentável para o uso do papel A4 e Toner é o consumo consciente.

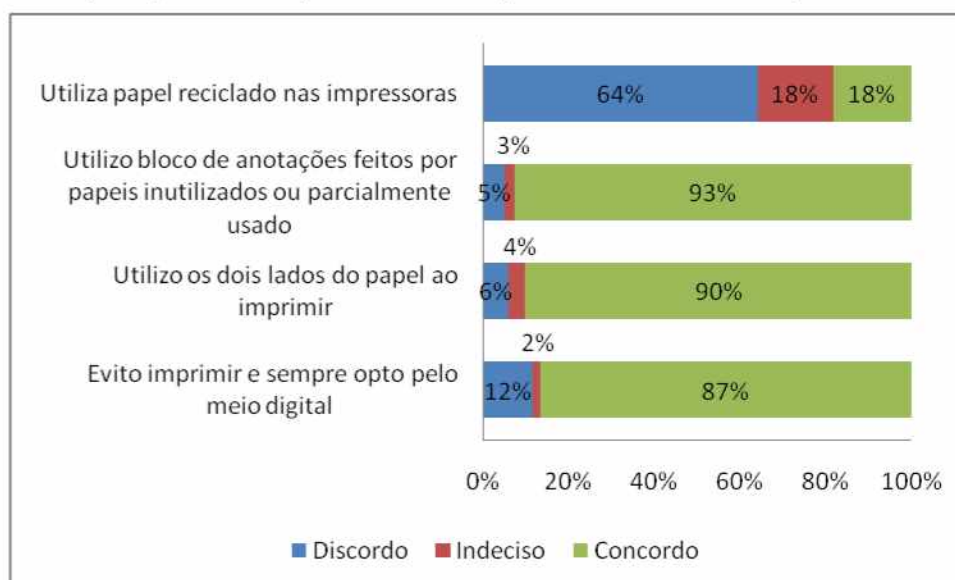
A amostra apresentou ser consciente quanto ao consumo desses materiais de escritório: 87% da população evita a impressão, esse modelo de trabalho racionaliza o uso do papel e consecutivamente o toner, demonstrando um hábito sustentável.

A metodologia adotada pela Companhia e recomendada pela A3P, MMA (2009) é a disponibilização de locais pré-definidos, para os equipamentos de impressão, conhecidos como ilhas de impressão, e nesses locais são disponibilizados coletores de papeis facilitando o descarte correto desses materiais.

Outra recomendação da A3P, MMA (2009) é a utilizar o papel frente e verso sempre que possível, reaproveitar folhas de rascunho confeccionando blocos de anotações e utilizar papel não-colorado ou reciclado. Diante dessas recomendações foi questionado aos colaboradores da Companhia se é utilizado os dois lados do papel ao imprimir, se é utilizado blocos de anotações feitos por papeis inutilizados ou parcialmente usado, e se as impressoras possuem papeis reciclados (Gráfico 2).

Infelizmente não foi possível averiguar como é consumo de papel ou a quantidade de papéis inutilizados que são convertidos em blocos, pois esse último processo ocorre através de uma empresa terceirizada que distribui o suprimento para todos os órgãos e depois rateia o valor em partes iguais.

Gráfico 2 - Apuração das respostas válidas quanto ao hábito de impressão



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

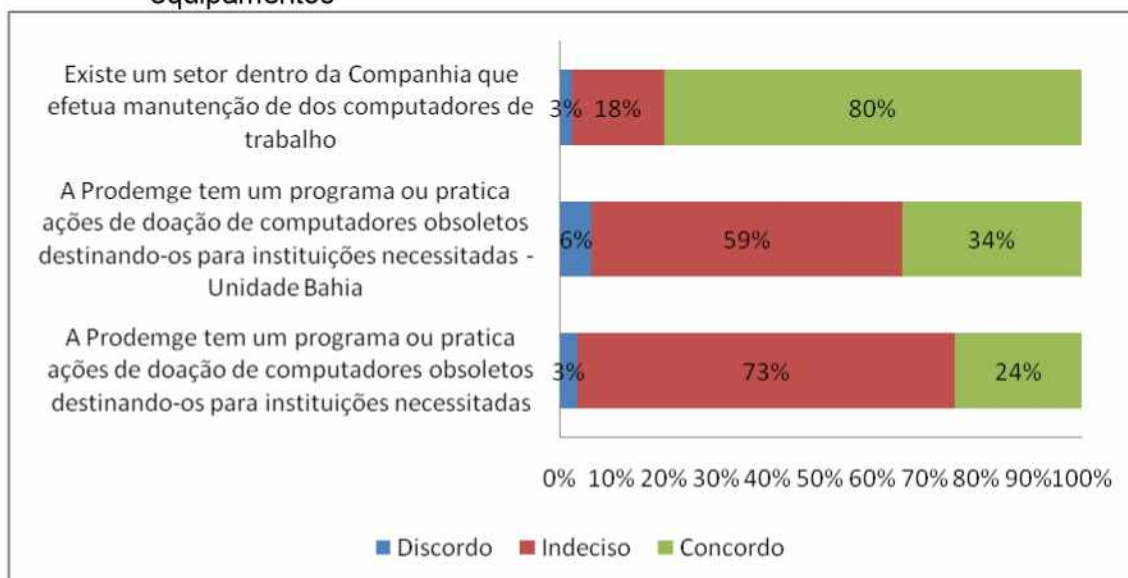
Segundo os dados do MMA (2005) o processo de produção do papel virgem onera o meio ambiente da mesma forma do que o processo de produção do papel reciclado. Porém, o papel reciclado proporciona uma redução de 74% da poluição do ar, 35% do consumo de água, 71% de energia e 3,2m<sup>2</sup> de espaço nos aterros sanitários, por tonelada de papel produzido.

Por meio dos dados do gráfico 2 observa-se aparentemente os colaboradores da Companhia utilizam o papel de forma consciente e atende os parâmetros da A3P do MMA (2009). Entretanto, por meio de observação, verificou-se que a Companhia não utiliza papel reciclado, e como foi confirmado através do gráfico 2, esse processo pode ser melhorado ao se optar pelo uso de folhas recicladas.

Em continuidade aos eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública o segundo eixo pesquisado refere-se à gestão adequada dos resíduos. A pesquisa buscou captar a percepção desse processo a partir da visão do colaborador. Foi questionado se a Companhia tem um programa ou pratica ações de doação de computadores obsoletos

destinando-os para instituições necessitadas, (Gráfico 3), e 73% da amostra informaram ser indeciso sobre esse assunto.

Gráfico 3 - Apuração das respostas válidas quanto as práticas de desfazimento de equipamentos



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Com base nos dados, segundo a percepção dos entrevistados, a Companhia não possui um processo claro de desfazimento de equipamentos, caso possua o mesmo é pouco conhecido entre seus colaboradores. Entretanto ao solicitar a troca de um equipamento ou manutenção, o equipamento obsoleto ou defeituoso é destinado para a Gerência de Gestão de Ativos – GGA, que está situada na Unidade da Bahia. Logo, pode-se entender que a maioria dos respondentes estão na Unidade CAMG e desconhecem o processo. Com base nisso, os dados da pesquisa foram isolados para apresentar somente a amostra da Unidade Bahia (Gráfico 3, item 2), a fim de evitar equívoco na interpretação dos dados.

Contudo, mesmo após analisar as repostas de forma isolada da amostra situada na Unidade Bahia, é evidente que a destinação dos equipamentos obsoletos é uma incógnita para os colaboradores. Em contrapartida a Gerência de Gestão de Ativos, responsável pela manutenção dos equipamentos é bem conhecida entre os colaboradores, conforme apresentado no gráfico 3, ao questionar se existe um setor dentro da Companhia que efetua manutenção dos computadores de trabalho.

A fim de esclarecer qual a real destinação dos equipamentos eletrônicos, a partir de entrevistas realizada com a gerência de Gestão de Ativos, foi constatado que os equipamentos ficam estocados para futura retirada de peças e posteriormente são ofertados em leilões de desfazimento, sustentando a política dos 5r's, descrita adiante.

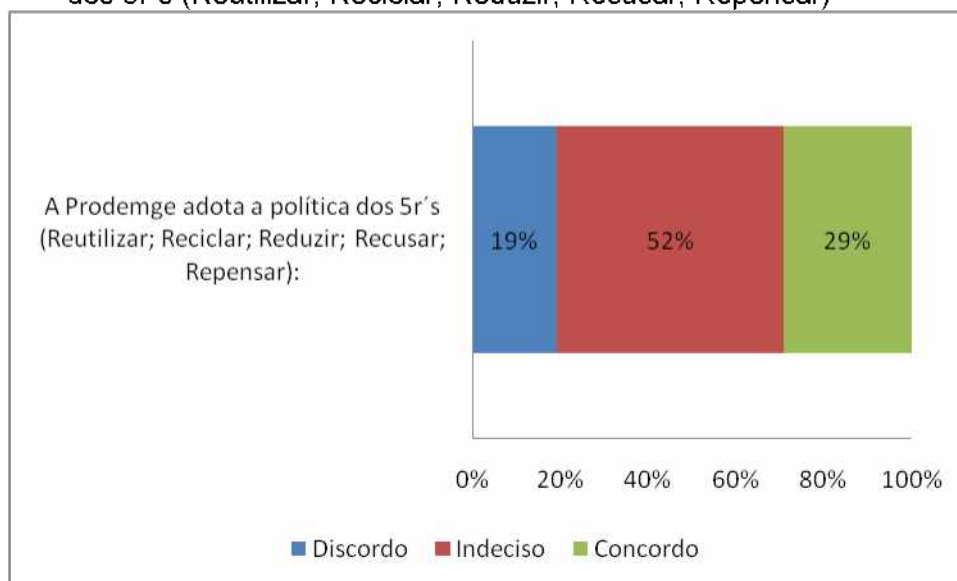
O Ministério Público de Goiás (2020) recomenda a doação do computador obsoleto, destinando-o para uma instituição necessitada, dessa forma, será evitado o desperdício de matéria prima, água, combustível, eletricidade e outros gastos necessários na fabricação do equipamento. Estima-se que a produção de um Computador Pessoal, emite cerca de 1,3 toneladas de CO<sub>2</sub>, 1.500 litros de água e possui dez vezes seu peso em combustível fóssil e substâncias químicas.

A prática da manutenção do equipamento e da destinação sustentável favorece a política dos 5r's (Reutilizar; Reciclar; Reduzir; Recusar; Repensar), bastante disseminada pela A3P MMA (2009).

No que diz respeito à destinação dos resíduos no Brasil, nos últimos anos, também houve uma significativa melhoria da situação, mas ainda há muito a ser feito. Nesse sentido, é muito importante que os órgãos públicos definam e adotem mecanismos para destinação adequada dos resíduos gerados, aproveitando para promover a internalização do conceito dos 5Rs (Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar e Reciclar) nos mais diversos órgãos e instituições da administração pública (MMA, 2009, p.39).

Com base nesse conceito foi questionado quanto a adoção da política dos 5r's (Reutilizar; Reciclar; Reduzir; Recusar; Repensar) conforme observado no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Apuração das respostas válidas quanto as práticas de adoção a política dos 5r's (Reutilizar; Reciclar; Reduzir; Recusar; Repensar)



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

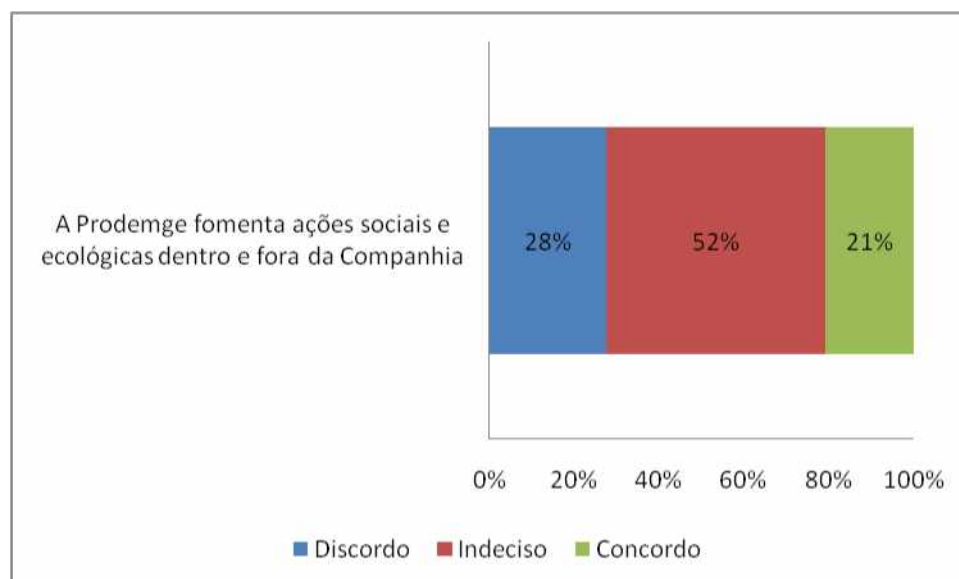
Ao indagar sobre a percepção da prática da política dos 5R's os respondentes seguem a mesma tendência observada nas variáveis referentes a prática de desfazimento de equipamentos eletrônicos, ou seja, não possui um processo claro de gestão adequada de resíduos o que vai contra as recomendações da A3P (MMA, 2009).

O terceiro eixo a ser analisado, refere-se às práticas ambientais adotada pela Companhia e qual a percepção do colaborador. Esse tema está relacionado com a qualidade de vida, bem-estar econômico, social e ambiental que pode ser proporcionado para os colaboradores, familiar e sociedade, diante disso, foi questionado se a Companhia fomenta ações sociais e ecológicas dentro e fora de suas dependências.

Antes de apresentar o resultado da pesquisa, vale destacar que a Prodemge possui um portal de comunicações interno utilizado para divulgar diversas informações a respeito das ações prestadas pela empresa, tendo como objetivo alcançar o máximo de colaboradores possível.

O Programa Prodemge Solidária frequentemente divulgado ações sociais prestadas pela Companhia, tais como, campanha do agasalho, projetos sociais, doações, entre outros. Além disso, ocorrem eventos, atividades elaborais, alongamento e acompanhamento referente a ergonomia do posto de trabalho, visando o bem-estar do colaborador.

Gráfico 5 - Apuração das respostas válidas quanto às ações sociais e ecológicas



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

A pesar da incorporação de critérios referente à gestão social e estar em concordância com as recomendações da A3P, o Gráfico 5 contradiz essa afirmação ao retratar que 52% dos entrevistados estão indecisos em opinar sobre esse tema. Isso pode demonstrar uma falha na comunicação da Companhia para com seus colaboradores uma vez que, conforme mencionado, esta tem ações que atendem as recomendações, porém não possui uma política formatada para tanto. Entretanto, o tema melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho deve ser aprofundado em um novo estudo a fim de esclarecer porque 28% dos colaboradores discordam ou desconhecem as práticas sociais desempenhadas.

A quarta variável pesquisada que compõem o eixo temático da A3P explora a necessidade de sensibilização e capacitação dos servidores, por meio de palestras, reuniões, exposições entre outros. Entretanto é importante conhecer o grau de interesse do servidor e seu nível de conhecimento sobre RSE.

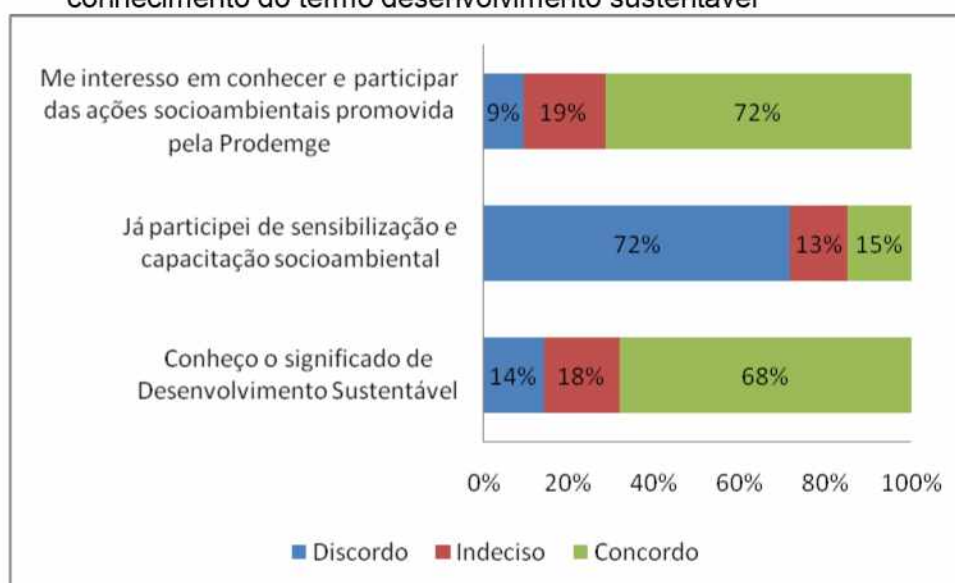
Vale destacar que o Brasil possui a Lei nº 9.795/1999, que estipula a diretriz referente à Política Nacional de Educação Ambiental considerado-a como uma ferramenta essencial para a educação nacional, onde o cidadão e a sociedade constroem valores sociais e habilidades para que possam conservar o meio ambiente que é descrito como bem de uso comum do povo e sua

abrangência compreende as três esferas de governo – União, estados e municípios (BRASIL, 1999).

Com o intuito de nivelar o grau de interesse e conhecimento a respeito do assunto foi questionado aos colaboradores se conhecem o significado de desenvolvimento sustentável. Neste caso, 68% da amostra concordaram com a afirmativa (Gráfico 6).

O segundo questionamento realizado teve o intuito de verificar se já participaram de sensibilização e capacitação socioambiental. Como pode ser visto no gráfico 6, e 72% da amostra responderam que nunca participaram de tal tipo de treinamento. Tal informação demonstra um déficit na Lei nº 9.795/1999 e reforça a necessidade da aplicação do quarto eixo da A3P, onde a sensibilização busca desenvolver consciência social e ambiental dos servidores e cidadãos.

Gráfico 6 - Apuração das respostas válidas quanto ao levantamento sobre o conhecimento do termo desenvolvimento sustentável



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

O programa A3P destaca a importância da Companhia em desenvolver um Plano de Capacitação que além de viabilizar a consciência ambiental os servidores também poderão ser multiplicadores do conhecimento. Dessa forma a disseminação das práticas socioambientais proporciona a construção de uma nova cultura do gerenciamento dos recursos públicos, promovendo orientação, informação e qualificação dos gestores públicos (MMA, 2009).

Com base nisso foi pesquisado também o grau de interesse do servidor, ao questionar sobre seu interesse em conhecer e participar das ações socioambientais promovidas pela Companhia, conforme apresentado anteriormente. A partir de análise do Gráfico 6 referentes à sensibilização e à capacitação dos servidores, pode-se observar uma tendência positiva de aceitação por parte do corpo funcional da Companhia e da necessidade de realização de treinamentos, onde 68% afirma conhecer os termos sobre desenvolvimento sustentável, 72% nunca participou de treinamento sobre o tema e 72% da amostra demonstra interesse em corroborar com as ações socioambientais.

O MMA (2009) destaca que o processo de capacitação promove acesso democrático a informação, cativa a busca por experiências tecnológicas e inovadoras, e fomenta o desempenho econômico empresarial com base no tripé da sustentabilidade (Social; Ambiental e Econômico).

Em continuidade a perspectiva do colaborador em relação aos eixos temáticos, o próximo a ser analisado refere-se às compras públicas sustentáveis, ou seja, licitação sustentável. A Constituição Federal, Art. 37, inciso XXI, prevê para a Administração Pública, a obrigatoriedade de licitar. A Prodemge possui um Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC.

As disposições gerais da RILC da Prodemge (2018), Capítulo I, se orientam pelas normas da Lei Federal 13.303/16 (Estatuto Jurídico das Empresas Públicas) em atendimento ao Estatuto Social da Companhia de Tecnologia da informação do Estado de Minas Gerais, onde:

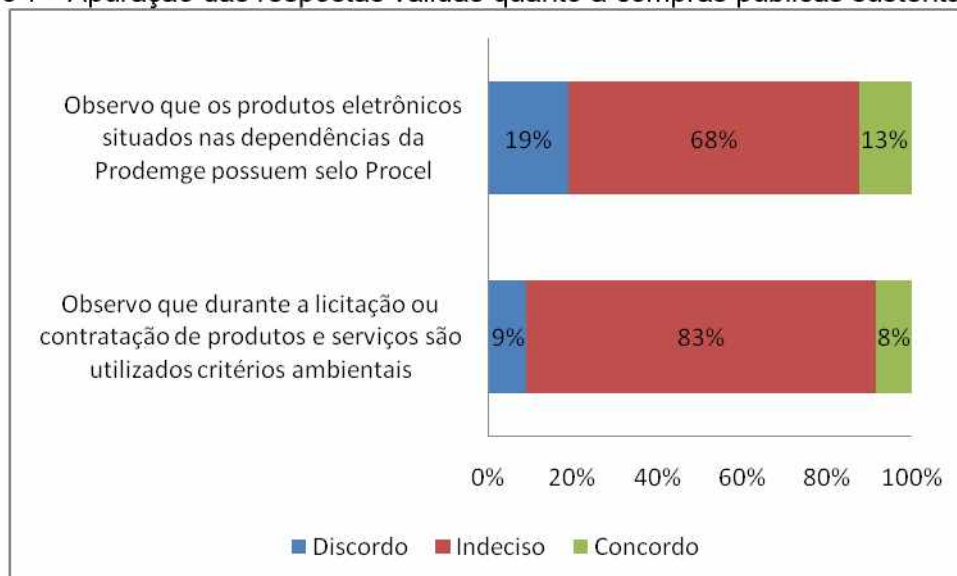
Parágrafo único. O procedimento licitatório destina-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobre preço ou superfaturamento, devendo observar os princípios de direito privado, os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, **do desenvolvimento nacional sustentável**, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 13.303/16 (PRODEMGE, 2018, p.2 destaque do autor).

Conforme apresentado, a Normativa Interna da Companhia prevê o desenvolvimento sustentável com base na Lei nº 13.303/16 e diante disso foi

questionado aos colaboradores se na realização dos processos licitatórios são considerados critérios ambientais. No Gráfico 7 verifica-se que 83% da amostra não sabem opinar a respeito desse assunto.

Diante do elevado percentual da amostra em afirmar que não possui condições de opinar a respeito dos critérios ambientais para os processos licitatórios, pode apresentar falta de transparência por parte da Companhia ou falta de interesse por parte dos Colaboradores. E com o intuito de cercar essa lacuna, foi questionado se os equipamentos eletrônicos possuem selo do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel (Gráfico 7). Novamente, averigua-se que 68% da amostra afirmou estar indecisos em opinar. Tais informações indicam que critérios de desenvolvimento sustentável podem não estar sendo analisados durante o processo licitatório.

Gráfico 7 - Apuração das respostas válidas quanto a compras públicas sustentáveis



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2009) o governo brasileiro utiliza anualmente 600 bilhões de reais com gastos referentes a contratações de serviços e aquisições de bens. Esse valor que equivale a 15% do PIB, e, caso esses produtos e serviços tivessem como critério questões sustentáveis, isso implicaria na redução de impactos ambientais, gerando benefícios socioambientais e promoção do mercado de bens e serviços sustentáveis.

Além disso, conforme a A3P recomenda, para promover a Responsabilidade Social Empresarial deve-se considerar também os critérios socioambientais durante a realização de licitações, pois esses critérios não

beneficiam somente o meio ambiente, mas também, tais produtos apresentam uma melhor relação custo / benefício quando comparados aos produtos que somente possuem o critério de menor preço.

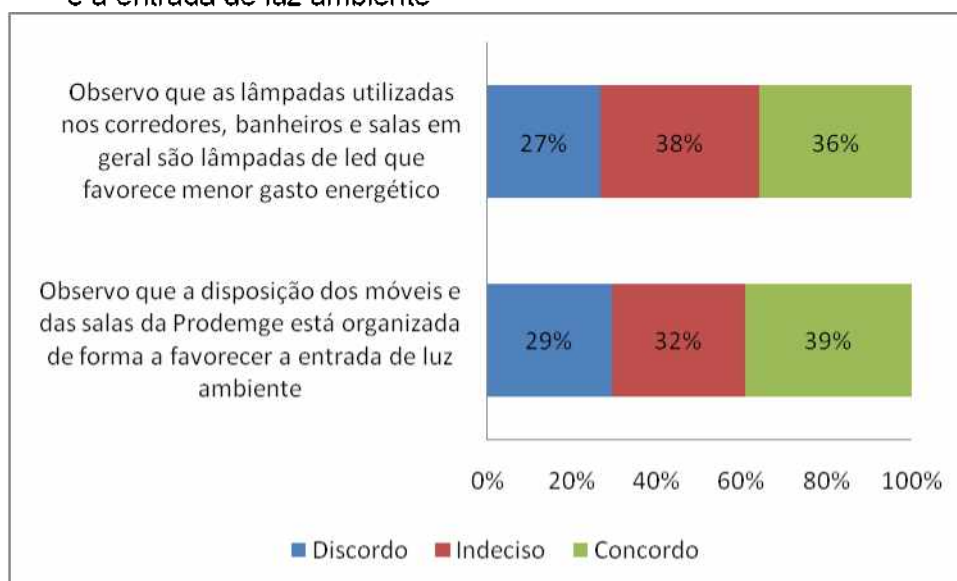
Apesar das recomendações da A3P, as diretrizes da Lei 13.303/16 e das normativas internas da Companhia, as respostas indicam que os critérios de sustentabilidade, nos processos de licitações, não são levados em consideração ou não são percebidos pelos colaboradores, demonstrando um disparate entre normas e práticas.

O último eixo estudado refere-se às construções sustentáveis, onde foi levantado assuntos sobre práticas em realizações de obras e manutenções prediais. O termo “construção sustentável” denota medidas sustentáveis adotadas, em todas as etapas durante a edificação e através dessas medidas é possível reduzir os impactos ao meio ambiente, gerar economia financeira e contribuir com a qualidade de vida dos usuários da edificação (MMA, 2009).

Segundo o Curso de Capacitação Sustentabilidade na Administração Pública (MMA, 2013) em grande maioria, as edificações públicas, não foram concebidas de forma a extrair os recursos naturais com eficiência, aproveitando a iluminação e energia solar, correntes de vento, entre outros. Mesmo após a edificação concluída é possível realizar manutenções que visem medidas sustentáveis, tais como a utilização de matérias de construção que possuem certificado de procedência, adoção de um sistema de reuso da água, iluminação eficiente entre outros.

Diante das medidas que podem ser implantadas, mesmo após a conclusão da obra, foi questionado aos colaboradores da Companhia se a disposição dos móveis e das salas estão organizadas de forma a favorecer a entrada de luz ambiente e se as lâmpadas utilizadas nos corredores, banheiros e salas em geral são lâmpadas de *led*, que favorecem o menor gasto energético, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 8 - Proporção de respondentes segundo percepção da disposição dos móveis e a entrada de luz ambiente



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Os gráficos apresentam um equilíbrio por parte dos respondentes, ficando em 32% e 38%, respectivamente, a afirmação que concorda sobre a disposição dos móveis favorecem a entrada de luz natural e as lâmpadas utilizadas são as de menor gasto energético, 29% e 27% discordam dessas afirmações e 39%, 36% respectivamente informaram não ter condições de opinar.

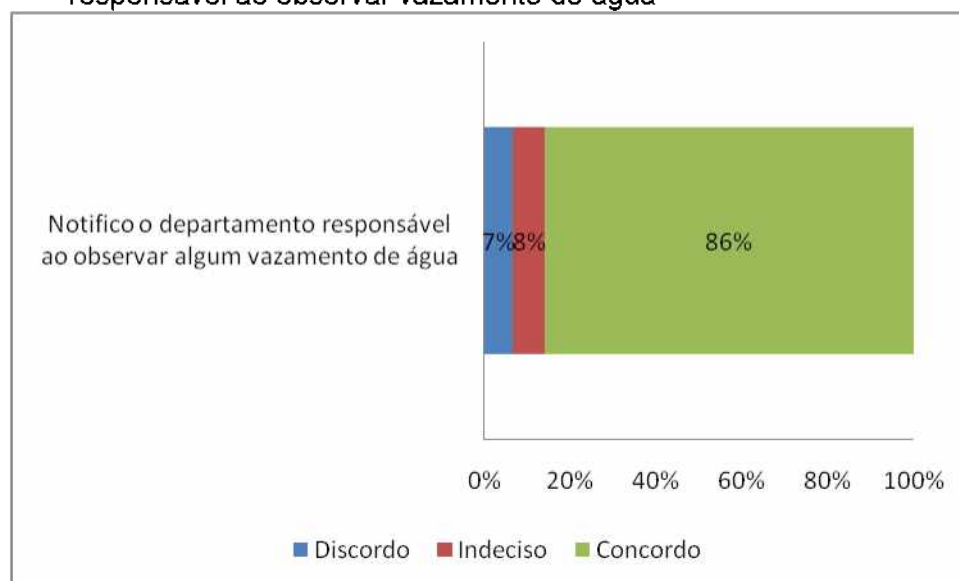
Esse equilíbrio pode ser justificado pelo caráter técnico do questionamento, em identificar o tipo de lâmpada utilizada, e do local de trabalho de cada colaborador dentro da Companhia, onde uns podem estar próximos das janelas, sendo favorecidos com uma melhor iluminação, e outros não.

A literatura, conforme apresentado, afirma que as construções públicas, em sua maioria, não são desenvolvidas de forma a extrair os recursos naturais, e diante da pesquisa realizada, pode se dizer que essa afirmativa é verdadeira. E com base nos resultados da pesquisa, no que se refere a variável “construções sustentáveis”, os resultados apresentaram ser inconclusivos e novos questionamentos a respeito devem ser realizados.

Dentro do assunto manutenções prediais, foi questionado sobre a atitude do colaborador quando confrontado com uma situação inesperada, através da pergunta - Notifico o departamento responsável ao observar algum

vazamento de água, conforme apresentado no Gráfico 9. E a atitude apresentada pela amostra é positiva tanto para o meio ambiente quanto para a Companhia, onde 85% afirmaram notificar o departamento responsável pela manutenção predial. Tal atitude minimiza o desperdício de recurso natural e consecutivamente gera economia para a Companhia e para o governo de MG.

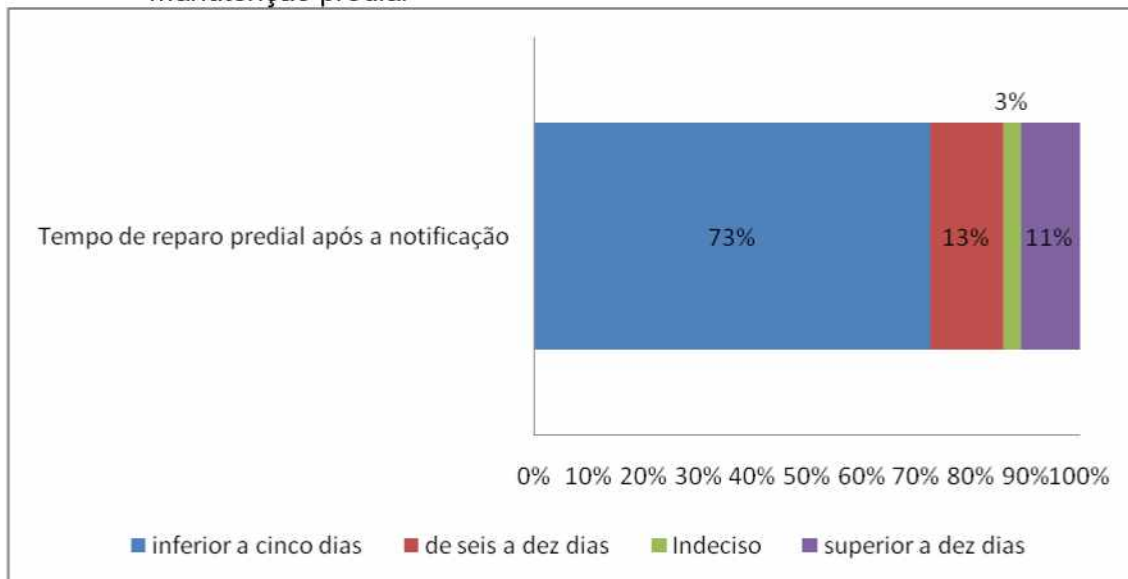
Gráfico 9 - Proporção de respondentes quanto a ação de notificar o departamento responsável ao observar vazamento de água



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

Entretanto, o fato de notificar o departamento responsável pela manutenção predial, não significa necessariamente economia de recurso. Para que isso ocorra, o departamento tem que atender a solicitação o mais breve possível a fim de realmente minimizar o desperdício. E com base nisso, foi também questionado o tempo de reparo após a notificação do chamado (Gráfico 10). As respostas apresentaram ser favoráveis, onde 73% da amostra afirmaram que o conserto ocorre em até cinco dias.

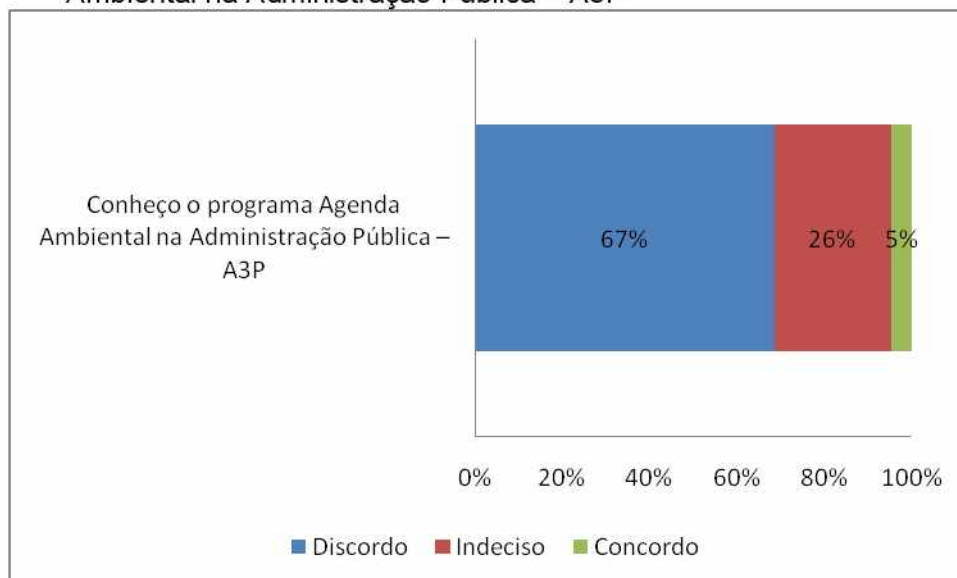
Gráfico 10 - Proporção de respondentes segundo percepção quanto ao tempo de manutenção predial



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

A título de curiosidade e para servir de base para futuras ações caso a Companhia opte por aderir ao Programa A3P foi questionado se os colaboradores conhecem o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública e apenas 5% da amostra concordaram com a afirmação reforçando a necessidade de sensibilização dos colaboradores a aderirem boas práticas socioambientais no trabalho e no dia a dia.

Gráfico 11 - Proporção de respondentes segundo ao conhecimento da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P



Fonte: Elaborado pelo próprio autor com base nas respostas do questionário (2020).

O Programa Ambiental da Administração Pública vem contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a prática da Responsabilidade Social Empresarial tanto para entidades públicas quanto privadas através das recomendações de gestão socioambiental e o progresso é um processo contínuo, conforme a literatura apresentou e demanda um equilíbrio social, ambiental e econômico.

Por fim o próximo capítulo deste trabalho será dedicado a apresentação da conclusão e considerações finais.

## 7 CONCLUSÃO

O tema Desenvolvimento Sustentável, conforme foi apresentado através da revisão bibliográfica vem-se destacando no meio empresarial tanto nas vertentes públicas quanto na privada e as organizações que não se adequam as tendências mercadológicas tendem a reduzir a popularidade dentre à sociedade que defende o meio ambiente. O estudo bibliográfico observou também tendências das empresas em buscar e veicular imagens que transmitam compromisso com a cidadania e, para isso, foi necessário alinhar a responsabilidade social com a governança corporativa.

Diante disso, o propósito desse trabalho foi analisar se a Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais está alinhada com esses novos temas que incorporam a Responsabilidade Social Empresarial, tendo como referência a percepção de seus colaboradores a este respeito sobre os seis eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente.

Com a realização da pesquisa quantitativa foi possível constatar quais variáveis a Companhia está mais alinhada com a RSE, pois ao incorporar critérios de sustentabilidade no setor público, pode-se aumentar a eficiência do serviço e produto, reduzir os impactos ambientais e maximizar a economia por meio do consumo consciente dos recursos naturais, fundamentos o tripé da sustentabilidade (Social; Ambiental e Econômico).

Os seis eixos da A3P norteiam a organização a modernizar e inovar pessoas, produtos/serviços e processos por meio da mudança cultural, incorporando elementos da Responsabilidade Social Empresarial nas atividades cotidianas da organização e transformando os servidores em agentes colaboradores e implementadores das recomendações da A3P.

A primeira variável pesquisada analisou o uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Por meio do resultado apresentado pela pesquisa, observa-se que os colaboradores internalizaram os ideais socioambientais, ao afirmarem que, desligam o computador e ou monitor ao se ausentarem da estação de trabalho, evitam imprimir, utilizam blocos de anotações feitos por papéis inutilizados e utilizam os dois lados do papel ao imprimir, quando necessário.

Entretanto ainda existem pontos a serem melhorados, uma vez que não se utiliza papéis reciclados nas impressoras e, ao adotar esse tipo de material, conforme apresentado pelo Ministério do Meio Ambiente, pode-se reduzir 74% da poluição do ar, 35% do consumo de água, 71% do consumo de energia e 3,2m<sup>2</sup> de aterro sanitário por tonelada de papel produzido.

A segunda variável analisada busca informações e tendências referentes à gestão adequada dos resíduos gerados pela Companhia e se em suas dependências são utilizadas lixeiras que comportam coleta seletiva. Entretanto, essas lixeiras não são úteis por si só, dependem da participação dos colaboradores, tema ligado à sensibilização – que serão abordados mais a frente.

Por se tratar de uma empresa de tecnologia, a pesquisa, referente ao segundo eixo temático da A3P, focou no lixo eletrônico. Foi constatado que os computadores obsoletos não possuem uma destinação transparente, apesar de existir uma área responsável pela manutenção desses equipamentos.

Essa falta de transparência condiz com a literatura pesquisada ao retratar os desafios da RSE devido à pluralidade de esforços existentes no âmbito do desenvolvimento sustentável. Tal resultado demonstra a necessidade de apresentar um plano sólido – e divulgado – de descarte dos resíduos gerados pela Companhia.

A terceira variável refere-se às práticas ambientais adotadas pela Companhia está diretamente relacionada aos demais eixos da A3P, a exemplo as construções sustentáveis, pois são diversas as estratégias que podem influenciar na qualidade e satisfação dos colaboradores, e proporcionar maior produtividade, favorecendo serviço de qualidade à população e retroalimentando a imagem da Companhia para com o Estado.

Contudo, a pesquisa trouxe uma realidade divergente ao apresentar uma baixa percepção dos colaboradores referente às ações sociais praticadas pela Companhia, demonstrando uma falha na divulgação das ações e ou resultados ou falta de interesse na temática por parte da amostra. Tal fato elege esse tema a realização de futuras pesquisas, a fim de aprofundar e buscar maiores esclarecimentos.

A quarta variável busca identificar as necessidades de sensibilização e capacitação dos servidores e foi constatado que majoritariamente a amostra

tem conhecimento sobre o termo Desenvolvimento Sustentável e interessa em estar diante de ações socioambientais. Porém, nunca participaram de treinamento sobre o assunto. Diante disso, conclui-se que os colaboradores da Prodemge necessitam de um treinamento específico referente à Responsabilidade Social Empresarial a fim de disseminar a importância da adoção de uma postura socioambiental responsável.

A penúltima variável estudada trata sobre licitações sustentáveis e a literatura apresentou Leis Federais que regem sobre a necessidade do desenvolvimento sustentável. Foi constatado que a Prodemge possui Regulamento Interno de Licitações e Contratos que foi concebido com base nas Leis Federais. Entretanto por não ser um assunto difundido na Companhia, tal tema apresentou dificuldade em gerar um senso comum entre os respondentes. Diante disso, esse tema se torna elegível para a realização de novas pesquisas em profundidade, a fim de averiguar se realmente os critérios de sustentabilidade são levados em considerações durante o processo de licitação.

A sexta variável visa reduzir o gasto público e o equilíbrio ambiental através da construção sustentável, e esta variável não foca somente na edificação, mas também na manutenção e evolução de seus processos.

Pode-se concluir que existe uma preocupação por parte dos colaboradores quanto ao desperdício de recursos naturais e uma percepção de eficiência na manutenção predial, por parte da Companhia, para a solução de eventuais problemas, a exemplo, vazamento de água.

Também pode se concluir que o processo de manutenção predial é específico, o que dificulta a percepção dos entrevistados, devido seu caráter técnico. Ao questionar sobre os materiais utilizados na obra, se são sustentáveis, a pesquisa apresentou uma estatística equilibrada entre os respondentes que concordam e os que afirmaram indecisos em responder tal quesito. Apesar do equilíbrio apresentado pelos resultados, a maioria concordou que os recursos utilizados na manutenção e construção predial são sustentáveis.

Por fim, ao que se refere a essa pesquisa, conclui-se que houve o alcance do objetivo proposto e que tal fato foi somente possível devido a bibliografia e leis disponíveis a respeito da RSE onde apresentou ser um tema

complexo e abrangente, pois está presente em temas interdisciplinares, tal como economia, sociologia e meio ambiente.

Conclui-se que, na percepção de uma amostra de seus colaboradores a Prodemge está parcialmente alinhada com o desenvolvimento sustentável, exerce atividades aleatórias a respeito do assunto e seus colaboradores, compostos por diversas gerações, buscam incorporar ações socioambientais em suas atribuições diárias e carecem de treinamento específico para que possam incorporar a cultura da RSE.

Para a continuidade deste estudo recomenda-se que futuros estudos realizem outras pesquisas de campo, com maior profundidade, para averiguar a existência de novas ações sociais praticadas pela Companhia e seus métodos de divulgação, pois alguns resultados demonstraram ser inconclusivos. Recomenda-se também alinhar os interesses da Companhia com os passos para a implantação da A3P, ou seja, criar uma comissão gestora, realizar um novo diagnóstico ambiental, desenvolver projetos e atividades colaborativas, mobilizar e sensibilizar os colaboradores através de palestras – que possam ser realizadas pela própria equipe do MMA – e se comprometer com trabalhos de monitoramento das ações implementadas para identificar futuras correções de curso, uma vez que a responsabilidade social é um dos princípios do Planejamento Estratégico da Prodemge.

## REFERENCIAS

ABNT et al (Org.). **COMPREENENDO A RESPONSABILIDADE SOCIAL: ISO 26000 E ABNT NBR 16001**. Brasília: Abnt, 2015.

ALMEIDA, Fernando (Org.). **Gestão do Desenvolvimento Sustentável na Indústria Eletroeletrônica**. Belo Horizonte: CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro Para O Desenvolvimento Sustentável, 2003. Color. Disponível em: <<http://www.tec.abinee.org.br/2003/arquivos/s902.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.

ALMEIDA, Fernando. **O Bom negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

ARDOSO, Ruth. Responsabilidade social está em alta nas empresas. **Valor. Caderno Especial Empresas & Comunidade**, p.F-2, dezembro, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 26000: Diretrizes sobre Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010. 110 p. Disponível em: <[http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)>. Acesso em: 12 fev. 2020.

BACHA, Maria de Lourdes; SANTOS, Jorgina; SCHAUN, Angela. **Considerações teóricas sobre o conceito de Sustentabilidade**. 2010. Disponível em: <[https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31\\_cons%20teor%20bacha.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos10/31_cons%20teor%20bacha.pdf)>. Acesso em: 17 jan. 2020.

BARBIERI, Jose Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2.ed. atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BENITES, Lira Luz Lazaro; POLO, Edison Fernandes. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple Bottom Line na Masisa. **Revista de Administração da Ufsm**, [s.l.], v. 6, p.195-207, 2 jul. 2013. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/198346598879>.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial**. 2013. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.XiBurYjlpHF>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BORGER, Fernanda Gabriela. **Responsabilidade Social: Efeitos da atuação social na dinâmica empresarial.** 2001. 254 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BORGES, Fabricio Quadros. **SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO.** *Revista Pretexto*, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.23-35, 13 out. 2014.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (Org.). **Agenda Ambiental na Administração Pública.** Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/linha-do-tempo-da-a3p-1999-a-2019/>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis. Ministério do Meio Ambiente. **Como implantar a A3P.** 2016. Disponível em: <<http://a3p.mma.gov.br/biblioteca/>>. Acesso em: 20 fev. 2020

BRESSAN, Flávio. O método do estudo de caso. *Revista Administração On Line*, São Paulo, v. 1, n. 1, p.1-16, mar. 2000.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento.** 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CLARO, Priscila Borin de Oliveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 43, n. 4, p.289-300, 22 set. 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2ª Edição. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUSTODIO, Ana Lucia de Melo; MOYAL, Renato (Org.). **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.** São Paulo: Instituto Ethos, 2007

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. **DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE ESCALAS TIPO LIKERT: O NÚMERO DE ITENS E A DISPOSIÇÃO INFLUENCIAM NOS RESULTADOS?** *Revista Gestão Organizacional*, Chapecó, v. 6, n. 1, p.161-174, 10 jun. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Marketing Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2008.

ETHOS (Org.). **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2013.

ETHOS, Instituto. **Indicadores ETHOS para negócios sustentáveis e responsáveis**. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FIESP (Org.). **Gestão Empresarial Ambiental**. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/temas-ambientais/ver-todos/gestao-empresarial-ambiental/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da Identidade Nacional. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 18, n. 26, p.77-96, jan. 2002. Disponível em: <<http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/JoseLuisFranco.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2019.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p.129-159, jan. 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/26488/1/a07v21n33.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2019.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, Brasília, v. 17, n. 1, p.59-84, jul. 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/36970349/O\\_cuidado\\_da\\_natureza\\_a\\_Funda%C3%A7%C3%A3o\\_Brasileira\\_para\\_a\\_Conserva%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_Natureza\\_e\\_a\\_experi%C3%Aancia\\_conservacionista\\_no\\_Brasil\\_1958-1992](https://www.academia.edu/36970349/O_cuidado_da_natureza_a_Funda%C3%A7%C3%A3o_Brasileira_para_a_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Natureza_e_a_experi%C3%Aancia_conservacionista_no_Brasil_1958-1992)>. Acesso em: 16 set. 2019.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GARETH, Morgan. **A Natureza Entra em Cena: As Organizações Vistas como Organismos**. São Paulo: Atlas, 1996.

Gil, Antonio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, Campo Largo, v. 4, n. 1, p.3-50, maio 2005.

LIMA, Katianne de; FEITOSA, Livia Vanessa dos Santos; CAVALCANTE, Janis Christine Angelina. Sustentabilidade institucional no serviço público: a gestão da biblioteca universitária em tempos de crise. In: I CONGRESSO NACIONAL DE MESTRADOS PROFISSIONAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 1., 2016, Curitiba. **Melhoria dos Processos Públicos**. Curitiba: PROFIAP, 2016. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://www.profiap.org.br/profiap/eventos/2016/i-congresso-nacional-de-mestrados-profissionais-em-administracao-publica/anais-do-congresso/41373.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2020.

MELO NETO, Francisco de Paula; FROES, CÉSAR. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001, p.189.

MMA. **SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**. Brasília: Pnuma, 2013. 98 p.

MMA. **Consumo Sustentável**: manual de educação. Brasília: Brasília, 2005. 160 p.

MPGO. **Dicas para economia de energia ao usar o computador**. Disponível em: [http://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/dicas-para-economia-de-energia-ao-usar-o-computador#.XrmI\\_M1v-Vg](http://www.mpggo.mp.br/portal/conteudo/dicas-para-economia-de-energia-ao-usar-o-computador#.XrmI_M1v-Vg). Acesso em: 11 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (Brasil). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PESSOA, Eliana. **A GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/gestao-da-responsabilidade-social-empresarial>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação Empresarial**. 5.ed. São Paulo: Alínea, 2007.

PORTAL E EDUCAÇÃO. **Depreciação de computadores e notebooks**. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/informatica/depreciacao-de-computadores-e-notebooks/49394>. Acesso em: 05 mar. 2020.

RÊGO, G. S.; PIMENTA, H. C.; SARAIVA, V. M.. **Agenda ambiental na administração pública - A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN**. *Holos*, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 1, p.1-22, set. 2011.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI- Desenvolvimento e Meio Ambiente**. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SILVEIRA, Lisilene Mello da; PETRINI, Maira. Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social Corporativa: uma análise bibliométrica da produção científica internacional. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 25, n. 1, p.56-67, out. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v25n1/0104-530X-gp-0104-530X3173-16.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2019.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 2 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SMITH, Vivian. **Incorporação dos princípios da responsabilidade social**. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/incorporacao-dos-principios-da-responsabilidade-social/#.UUDtwxxwqOg>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SOUSA, Ana Carolina Cardoso. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: A incorporação dos conceitos à estratégia empresarial**. 2006. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TAVELIN, Cristina. **Dez desafios da gestão sustentável nas empresas**. Disponível em: <<https://ideiasustentavel.com.br/dez-desafios-da-gestao-sustentavel/>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

**ANEXO A – MODELO DE QUESTIONARIO A3P****Identificação do respondente (opcional):**

1. Nome:
2. Telefone/ Ramal:
3. Data do preenchimento das respostas:
4. Cargo:
5. Unidade que trabalha mais comumente (unidade principal de trabalho):
  - Cidade Administrativa de Minas Gerais – CAMG
  - Unidade Bahia - Rua da Bahia
6. Idade:
  - Inferior a 30 anos
  - 31 – 40
  - 41 – 50
  - 51 – 60
  - Superior a 60 anos
7. Sexo:
  - Masculino
  - Feminino
8. Último grau de escolaridade:
9. Tempo de trabalho na Prodemge:
  - Inferior a 10 anos
  - 11 – 20
  - 21 – 30
  - Superior a 30 anos

**Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**

10. Tenho o hábito de desligar o computador no final do expediente:
  - Discordo
  - Indeciso
  - Concordo
11. Desligo o monitor ao me ausentar da estação de trabalho:
  - Discordo
  - Indeciso
  - Concordo
12. Evito imprimir e sempre opto pelo meio digital:
  - Discordo
  - Indeciso
  - Concordo
13. Utilizo os dois lados do papel ao imprimir:
  - Discordo
  - Indeciso
  - Concordo

14. Utilizo bloco de anotações feitos por papéis inutilizados ou parcialmente usado:
- Discordo       Indeciso       Concordo
15. Utiliza papel reciclado nas impressoras:
- Discordo       Indeciso       Concordo

#### **Gestão adequada dos resíduos**

16. A Prodemge tem um programa ou pratica ações de doação de computadores obsoletos destinando-os para instituições necessitadas:
- Discordo       Indeciso       Concordo
17. Existe um setor dentro da Companhia que efetua manutenção de dos computadores de trabalho
- Discordo       Indeciso       Concordo
18. A Prodemge adota a política dos 5r's (Reutilizar; Reciclar; Reduzir; Recusar; Repensar):
- Discordo       Indeciso       Concordo

#### **Práticas ambientais adotada**

19. A Prodemge fomenta ações sociais e ecológicas dentro e fora da Companhia:
- Discordo       Indeciso       Concordo

#### **Sensibilização e capacitação socioambiental**

20. Conheço o significado de Desenvolvimento Sustentável:
- Discordo       Indeciso       Concordo
21. Já participei de sensibilização e capacitação socioambiental:
- Discordo       Indeciso       Concordo
22. Me interesso em conhecer e participar das ações socioambientais promovida pela Prodemge:
- Discordo       Indeciso       Concordo

#### **Compras públicas sustentáveis**

23. Observo que durante a licitação ou contratação de produtos e serviços são utilizados critérios ambientais
- Discordo       Indeciso       Concordo

24. Observo que os produtos eletrônicos situados nas dependências da Prodemge possuem selo Procel
- Discordo       Indeciso       Concordo

**Construções sustentáveis**

25. Observo que a disposição dos móveis e das salas da Prodemge está organizada de forma a favorecer a entrada de luz ambiente:
- Discordo       Indeciso       Concordo
26. Observo que as lâmpadas utilizadas nos corredores, banheiros e salas em geral são lâmpadas de led que favorece menor gasto energético:
- Discordo       Indeciso       Concordo
27. Notifico o departamento responsável ao observar algum vazamento de água:
- Discordo       Indeciso       Concordo
28. Tempo de reparo predial após a notificação:
- Discordo       Indeciso       Concordo
29. Conheço o programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P:
- Discordo       Indeciso       Concordo